



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Wendel de Jesus Ribeiro Leite

**OS PROBLEMAS DO MODELO REFERENCIALISTA E AS SENSações: UMA
LEITURA DO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA A PARTIR DOS JOGOS
EXPRESSIVOS E JOGOS DESCRITIVOS DE LINGUAGEM**

CIDADE DE GOIÁS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminharem o produto final, o autor e o orientador firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo do autor: Wendel de Jesus Ribeiro Leite

Título do trabalho: **Os problemas do modelo referencialista e as sensações: uma leitura do Argumento da Linguagem Privada a partir dos jogos expressivos e jogos descritivos de linguagem**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao autor e ao orientador; b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sílvio Carlos Marinho Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 13/11/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WENDEL DE JESUS RIBEIRO LEITE, Discente**, em 13/11/2021, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2489481** e

o código CRC **C66296D7**.

Wendel de Jesus Ribeiro Leite

**OS PROBLEMAS DO MODELO REFERENCIALISTA E AS SENSações: UMA
LEITURA DO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA A PARTIR DOS JOGOS
EXPRESSIVOS E JOGOS DESCRITIVOS DE LINGUAGEM**

Trabalho de monografia apresentado na
Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás
como requisito básico para a conclusão do
Curso de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Me. Silvio Carlos Marinho Ribeiro
Coorientadora: Ma. Priscilla da Veiga Borges

CIDADE DE GOIÁS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Leite, Wendel de Jesus Ribeiro
OS PROBLEMAS DO MODELO REFERENCIALISTA E AS
SENSAÇÕES [manuscrito] : UMA LEITURA DO ARGUMENTO DA
LINGUAGEM PRIVADA A PARTIR DOS JOGOS EXPRESSIVOS E
JOGOS DESCRITIVOS DE LINGUAGEM / Wendel de Jesus Ribeiro
Leite. - 2021.
LVI, 56 f.

Orientador: Profa. Silvio Carlos Marinho Ribeiro; co-orientadora
Priscilla da Veiga Borges.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências
Humanas, Filosofia, Cidade de Goiás, 2021.

Inclui abreviaturas.

1. Linguagem Privada. 2. Jogos de linguagem. 3. Referencialismo.
4. Sensações. 5. Solipsismo. I. Ribeiro, Silvio Carlos Marinho, orient. II.
Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11 dias do mês de novembro do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “*Os problemas do modelo referencialista e as sensações: uma leitura do Argumento da Linguagem Privada a partir dos jogos expressivos e jogos descritivos de linguagem*”, de autoria de Wendel de Jesus Ribeiro Leite, do curso de Licenciatura em Filosofia, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, do Campus Goiás da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo prof. Me. Silvio Carlos Marinho Ribeiro (UAECH - Campus Goiás - UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: prof^a Ma. Priscilla da Veiga Borges (UAECH - Campus Goiás - UFG) e prof^a Dr^a Ana Gabriela Colantoni (UAECH - Campus Goiás - UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 (dez), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sílvio Carlos Marinho Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 11/11/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Colantoni, Professor do Magistério Superior**, em 11/11/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Da Veiga Borges, Professora do Magistério Superior**, em 11/11/2021, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2484781** e o código CRC **4984CDE5**.

RESUMO

Este trabalho analisa a concepção de linguagem privada na obra de Wittgenstein - *Investigações Filosóficas*, onde entendemos que tal concepção surge da generalização do modelo referencialista da linguagem. Nosso objetivo diante dessa pesquisa, é propor um caminho que mostre que nem todas as palavras de nossa linguagem correspondem a objetos. A concepção referencialista, refletida na concepção de linguagem atribuída a Agostinho, nos serve como um exemplo de que o uso desse modelo resulta em grandes equívocos ao ser levado para os jogos de linguagem das sensações. Conforme será apresentado no nosso trabalho, os problemas que derivam de tal modelo de linguagem, são absurdos filosóficos, pois a ideia de uma linguagem privada e inata, defendida pelo interlocutor de Wittgenstein no contexto das *Investigações Filosóficas*, é uma impossibilidade lógica. Ocorre que, este modelo de significação também foi aceito ao longo da filosofia moderna ao se estabelecer a ideia de que a linguagem corresponde necessariamente a objetos e que tal correspondência depende de critérios subjetivos. Wittgenstein, também no Argumento da Linguagem Privada (§§243-315), mostra que essa concepção limitada de linguagem é logicamente impossível, porque os critérios de uma linguagem, não são privados, mas públicos. Ou seja, para ele, as palavras têm o sentido que, em comunidade, lhe é empregado, por isso a linguagem é intersubjetiva. Mas, na insistência do interlocutor de Wittgenstein (linguista privado) com o modelo referencialista, revela-se que outros problemas ainda maiores foram gerados. Exemplo a isso é o ceticismo de significado, ceticismo sobre a existência de outras mentes que acabam resultando no absurdo do Solipsismo. A esse absurdo, Wittgenstein apresenta uma proposta filosófica para o jogo de linguagem referente às sensações, que, ao contrário do modelo referencialista, pode ser possível, logicamente. Apresentaremos a distinção entre os jogos das expressões e os jogos das descrições, como proposta filosófica para as confusões existentes nos enunciados sobre as sensações de dor, ao considerar a assimetria entre “Eu tenho dor” e “Ele tem dor”.

Palavras-chave: Linguagem Privada; Jogos de linguagem; Referencialismo; Sensações; Solipsismo.

ABSTRACT

This work analyzes the conception of private language in Wittgenstein's book - *Philosophical Investigations*, where we understand that such conception arises from the generalization of the referentialist model of language. Our objective in this research is to propose a way that shows that not all the words in our language correspond to objects. The referentialist conception, reflected in the conception of language attributed to Agostinho, serves as an example that the use of this model results in great misunderstandings when taken to the language games of sensations. As will be presented in our work, the problems that arise from such a model of language are philosophical absurdities, since the idea of a private and innate language, defended by Wittgenstein's interlocutor in the context of the *Philosophical Investigations*, is a logical impossibility. It so happens that this model of meaning was also accepted throughout modern philosophy when establishing the idea that language necessarily corresponds to objects and that such correspondence depends on subjective criteria. Also, Wittgenstein in the *Private Language Argument* (§§243-315), shows that this limited conception of language is logically impossible, because the criteria of a language are not private, but public. In other words, for him, words have the meaning that, in community, is used for it, that is why language is intersubjective. However, at the insistence of Wittgenstein's interlocutor (private linguist) with the referentialist model, it is revealed that others' even greatest problems were created. An example of this is the skepticism of meaning, skepticism about the existence of other minds that end up resulting in the absurdity of Solipsism. To this preposterous, Wittgenstein presents a philosophical proposal for the language game referring to sensations, which, contrary to the referentialist model, can be possible, logically. Therefore, we will present the distinction between the games of expressions and the games of descriptions, as a philosophical proposal for the existing confusions in the statements about the sensations of pain, considering the asymmetry between "I have pain" and "He has pain".

Keywords: Private Language; Language Games; Referentialism; Sensations; Solipsism.

DEDICATÓRIA

Dedico essa monografia a todos os estudantes e professores que resistiram aos ataques do atual governo, que tiveram que se reinventar para que a educação continuasse e para que suas pesquisas pudessem contribuir para a Sociedade, neste atual contexto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus pelo dom da vida e pelo seu zelo por mim. Sou grato pelo conhecimento adquirido, pela sabedoria obtida em momentos conflitantes, pelas inspirações e pelos ensinamentos de amor a mim e ao próximo.

À minha mãe, Socorro pela compreensão, pelos ensinamentos, pelo cuidado, pelo incentivo aos meus estudos, por ter plantado esperanças em mim de que um futuro de sucesso é possível por meio da educação.

Aos meus irmãos: Bhrenda, Letícia e Gabriel, pela bondade, por acreditar em mim, por torcer por mim, pelo carinho que gera em mim fortaleza, por terem me cedido a sala de casa para que eu pudesse realizar os meus estudos. Agradeço, sobretudo, pela atenção às leituras que fazia em voz alta de meus trabalhos.

Ao meu namorado Diego, pela compreensão, companheirismo, carinho, por ter me dado suporte em cada momento, por também acreditar em meu potencial e, se manter otimista mesmo quando as condições não aparentam ser tão favoráveis. Sou grato pelo senso de humor que quebrou muitas tensões que senti e pela escuta atenciosa, que me fez me sentir mais leve e por contribuir com este trabalho no auxílio do resumo em inglês.

Aos meus amigos de curso e, em especial, à minha amiga Ingrid Talissa, obrigado por me incentivarem, ensinarem para além da academia, por me mostrarem um novo conceito de família, que é feita independentemente de laço sanguíneo. Sou grato pelos encontros após as aulas e nos finais de semana. Sou grato pelas conversas filosóficas, pelos ingredientes que juntamos para fazer várias de nossas refeições e pela disponibilidade para os desabafos.

Aos meus queridos professores da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás, que apesar das dificuldades de lecionar sem tantos recursos, se mantiveram resistentes, inclusive perante à desvalorização de suas profissões advindas do atual (des)governo. Sou grato, porque cada professor me ensinou muito, agradeço por investir conhecimento em mim e, por também terem possibilitado o meu amadurecimento.

Aos meus queridos orientadores, Professor Silvio e Professora Priscilla, agradeço pela paciência, pela dedicação, por me proporcionar também momentos afetuosos. Sou grato pelo auxílio não somente no processo de escrita, mas por me darem forças para prosseguir com meus estudos na universidade, durante este período de isolamento social. Obrigado pelos encontros de orientação, por me proporcionar belas lembranças de nossos encontros presenciais no lar de vocês, onde sempre fui muito bem recebido.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALP - Argumento da Linguagem Privada

IF - “Investigações Filosóficas”

Tractatus - “Tractatus Logico-Philosophicus”

Investigações - “Investigações Filosóficas”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM ATRIBUÍDA A AGOSTINHO E A NOÇÃO DE PRIVACIDADE NO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA.....	12
1.1 Introdução.....	12
1.2. Análise de Wittgenstein sobre o emprego da concepção de linguagem atribuída à Agostinho.	16
1.3 Sobre a conexão entre definição ostensiva e referencialismo: análise do §1 do §32.	21
1.4 Sobre a noção de privacidade no argumento da linguagem privada (§243).....	29
2. CONSEQUÊNCIAS DA ACEITAÇÃO DO MODELO REFERENCIALISTA DA LINGUAGEM.....	32
2.1 Introdução.....	32
2.2 Ceticismo de significado	33
2.3 Ceticismo sobre outras mentes	36
2.4 Solipsismo	40
3. SENSações E JOGOS DE LINGUAGEM: PROPOSTA DE UM JOGO DE LINGUAGEM VOLTADO PARA AS SENSações NO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA.	43
3.1 Introdução.....	43
3.2 A identificação de outros jogos de linguagem nas IF (Análise dos §244 e §290)	44
3.3 Assimetria entre “eu” e “ele”.....	48
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se ocupa, principalmente, em abordar uma questão muito importante para a filosofia da linguagem que é a ideia de privacidade na linguagem. Diante disso, podemos afirmar que em nosso trabalho falaremos sobre como Wittgenstein lidou com tal ideia e como é desenvolvida as argumentações a respeito dela. Importa-nos frisar que usaremos a obra *Investigações Filosóficas*, pois, por meio desta obra, veremos que o autor se depara com problemas decorrentes da noção tradicional de privacidade aplicada à linguagem e, por isso, inicialmente, investigaremos de onde deriva essa ideia que está presente na visão sobre linguagem ao longo da história do pensamento filosófico.

Além disso, observaremos que o problema apontado por Wittgenstein a respeito da linguagem privada, tema desenvolvido no §§243-315 das *Investigações*, é encontrado, ao longo da trajetória filosófica, com a noção generalizada de que a linguagem é necessariamente referencialista. Juntamente com essa noção, desencadeou-se uma concepção de que os significados das palavras ocorrem por ostensão privada, meramente de forma subjetiva. Sendo assim, apenas o falante tem acesso interno aos signos empreendidos por ele.

Aos problemas mencionados que partem do referencialismo generalizado, veremos como eles são tratados por Wittgenstein, que propõe uma resposta positiva à questão da privacidade, no sentido de buscar reorganizar a linguagem, a começar pela busca de como os enganos linguísticos aparecem cotidianamente. Entendemos que tal resposta positiva mostra o posicionamento de Wittgenstein a respeito do modelo referencialista para as sensações, e encontra apoio textual no §244 das *Investigações Filosóficas*.

É conveniente acrescentar que os jogos empíricos não serão descartados por Wittgenstein, não obstante as críticas feitas à linguagem atribuída a Agostinho, mas serão reorganizados ao serem utilizados apenas para as palavras que tratam da linguagem dos objetos empíricos.

Ainda sobre a resposta positiva de Wittgenstein que é observada por nós, tem-se na literatura secundária a seguinte questão: Wittgenstein elabora teses? Ora, é a partir desse questionamento que desenvolveremos a nossa hipótese de trabalho, pois acreditamos que o §244 revelará uma resposta sugestiva aos problemas que derivam do referencialismo na linguagem, embora não tomemos partido de nenhuma afirmação sobre se Wittgenstein elabora ou não teses nas *Investigações*, para não cair em dogmatismo. Nesse sentido, afirmar que Wittgenstein elabora teses é o mesmo que assumir que ele traz para a filosofia respostas inabaláveis, quando, na verdade, ele não deixa margens para esse tipo de interpretação.

Inclusive, sobre o termo “resposta” apresentado aqui, temos de ter em mente que no §244, o nosso autor, traz aos problemas uma possibilidade de correção. Apesar de utilizarmos o termo "resposta", o sentido do termo não é empregado por Wittgenstein como algo definitivo.

Em relação a isto, perceberemos que Wittgenstein utiliza elementos na linguagem que lhes possa auxiliar nessa tarefa, de maneira que suas ideias possam se aproximar da realidade. Um dos elementos usados é o método que parte de exemplos postos em formato de experimentos de pensamento. Também, importa-nos acrescentar que a obra *Investigações* é um diálogo, onde, ao longo do trabalho, mostraremos os argumentos de Wittgenstein, contrário à “ALP” e de seu interlocutor, que é a favor.

Em relação a isso, o nosso trabalho abordará as questões supracitadas a partir da seguinte estrutura: no primeiro capítulo, abordaremos a concepção de linguagem atribuída a Agostinho e a noção de privacidade no argumento da linguagem privada. Entenderemos, desde a introdução feita ao capítulo, que a linguagem atribuída a Agostinho é equivalente ao referencialismo informado aqui.

Ademais, no capítulo 1, perceberemos que Wittgenstein reage a essa concepção se opondo a ela, por não acreditar que é por via deste modelo de linguagem que os significados das palavras ocorrem e, também, porque a associação das palavras aos objetos resulta no inatismo da linguagem, outra concepção que contribuirá para o absurdo da linguagem privada, tema muito conhecido na filosofia da linguagem. Para a organização dessas temáticas, nos apoiaremos na literatura secundária de David Stern por ele nos incentivar a ler Wittgenstein de modo não dogmático e por nos mostrar que na leitura de Wittgenstein existe um pano de fundo que também é um elemento importante para não cairmos no dogmatismo.

Nosso segundo capítulo surge com a intenção de mostrar os problemas decorrentes da linguagem referencialista. É notável que aqui também terá um subtópico que estará encarregado de nortear os leitores sobre como o capítulo será organizado. Nesse subtópico introdutório, será afirmado que a aceitação do modelo referencialista da linguagem provocará problemas mais complicados de serem sustentados. É importante destacar que, quando falamos desses problemas, estamos falando de problemas apontados por Wittgenstein e que são problemas aceitos pelo o interlocutor, embora ele não assumo o quanto seus ideais são problemáticos.

O argumento levantado pelo interlocutor, e que se estenderá no capítulo 2, é de que, na linguagem, apenas o falante tem acesso aos seus estados internos, por isso, apenas ele poderá atribuir significado às suas sensações. Esse será um dos argumentos mais trabalhados, em que nos apoiaremos na literatura secundária de Kripke, porque ele também discorre sobre um padrão público de correção requisitado nos diálogos de Wittgenstein e de seu interlocutor nas

Investigações, concluindo que não será possível esse padrão público de correção em diversos níveis da discussão, quando se trata da posição sustentada pelo interlocutor de Wittgenstein.

Diante dessa privacidade, outro problema aparece: a existência de outras mentes é colocada em cheque. Ora, se apenas o linguista privado tem a certeza de sua mente, então não é possível que ele tenha certeza de que outras mentes existam. Inclusive, é paradoxal supor isso. A questão então resultará no Solipsismo, tema a ser discutido no fim do segundo capítulo.

Por fim, nosso terceiro capítulo, de modo bem breve, mostrará de fato que os impasses apontados ao longo do trabalho podem ser resolvidos. Tal resolução surge como uma proposta lógica dada por Wittgenstein, que considera a diversidade da linguagem e a sua necessidade de ser tratada por jogos que possam de fato atender às múltiplas demandas decorrentes do uso da linguagem.

Neste sentido, é admitido de antemão que o erro da linguagem atribuída a Agostinho, pressupõe um sujeito que, ao experienciar a dor, no presente do indicativo, apenas pode expressar a dor e não descrevê-la. E que este erro, ao pressupor que é possível descrever a dor, esteve vinculado, sobretudo, ao tratamento das sensações como se a palavra sensação fosse um objeto empírico.

Entretanto, Wittgenstein mostra que as sensações têm seus jogos específicos e que a diferenciação entre os jogos expressivos e descritivos de linguagens nos fará entender que para a linguagem das sensações, quando se trata da própria dor, teremos os jogos expressivos. Onde nos jogos das expressões tem-se o sujeito que expressa e comporta-se diante de sua dor como no enunciado “Eu tenho dor”, e o sujeito, que observa o comportamento de dor do outro e, por isso, é capaz de descrever a ocorrência da dor de uma terceira pessoa como no enunciado “Ele tem dor”. Essa distinção também resulta na assimetria do “eu” e do “ele” que, embora não considerada pelo interlocutor de Wittgenstein, ocorreu e resultou em uma solução para os problemas referentes à privacidade.

1. CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM ATRIBUÍDA A AGOSTINHO E A NOÇÃO DE PRIVACIDADE NO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA.

1.1 Introdução

Ao nos adentrarmos nas propostas interpretativas da literatura secundária a respeito do prefácio das *Investigações Filosóficas*, podemos perceber vários elementos que contribuirão para uma interpretação mais fluida de determinadas questões-problemas a serem discutidas por Wittgenstein. Portanto, é válido frisar que nosso objetivo com este subtópico é explicar o que Wittgenstein tem a nos dizer sobre o contraste feito por ele mesmo a respeito da relação entre seu primeiro livro *Tractatus Logico-Philosophicus*, sua obra mais recente *Investigações Filosóficas* e seus encaminhamentos. Segundo, as tais propostas interpretativas, relacionadas a ideia de contraste entre as duas obras, surgem logo no prefácio das *Investigações Filosóficas* pela expressão “pano de fundo”. Confira a seguir:

Há quatro anos, porém, tive oportunidade de reler meu primeiro livro (o *Tractatus Logico-philosophicus*) e de esclarecer seus pensamentos. De súbito, pareceu-me dever publicar juntos aqueles velhos pensamentos e os novos, pois estes apenas poderiam ser verdadeiramente compreendidos por sua oposição ao meu velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo. (WITTGENSTEIN, 1999, p.26).

Podemos compreender diante da frase inicial do parágrafo: “Há quatro anos, porém, tive oportunidade de reler meu primeiro livro (o *Tractatus Logico-philosophicus*) e de esclarecer seus pensamentos”, que Wittgenstein parece responder a uma questão pertinente do porquê do “*Tractatus*” ainda ser estudado, já que nele há equívocos sobre a linguagem. Wittgenstein deixa evidente em sua resposta que existe algo de importante a se fazer com o “*Tractatus*” e não é lançá-lo fora, mas utilizá-lo como uma oportunidade de iniciar o que acreditamos ser uma espécie de retratação, sendo assim, ele escreve as “*IF*” com uma ideia que lhe veio à mente em um período específico de sua trajetória filosófica, por isso, diz: “De súbito, pareceu-me dever publicar juntos aqueles velhos pensamentos e os novos, pois estes apenas poderiam ser verdadeiramente compreendidos por sua oposição ao meu velho modo de pensar, tendo-o como pano de fundo”.

Vimos, de acordo com esse trecho, que as duas obras funcionam como um contraste entre uma e outra, a saber, para compreender verdadeiramente as “*IF*” - “novos pensamentos” deve-se ler o “*Tractatus*” - “velho modo de pensar” como um pano de fundo.

Quando lemos o prefácio nos vem a necessidade de entender a obra nova como uma oposição ao velho modo de pensar, de maneira que este pensamento antigo funcione como um pano de fundo. Diante disto, surge-nos o sentimento de que algo está faltando e isso parte da curiosidade sobre o que há na antiga forma de pensar de tão diferente da nova. Daí nos deparamos com o questionamento de como esse pano de fundo pode ser concebido nas “*IF*”.

A fim de contribuir para a questão, traremos David Stern que inicia a sua discussão na obra *As investigações filosóficas de Wittgenstein: uma introdução* sobre os dois prefácios, um do *Tractatus* e outro das *Investigações Filosóficas*, focando inicialmente, sobretudo, em aspectos gerais a respeito do que há de tão contrastante entre essas duas obras, mas entendendo que os prefácios desempenham o papel de introduzir abordagens interpretativas de Wittgenstein (STERN, 2012, p. 61-75).

O autor identifica pelo menos duas interpretações¹ e conclui que há grandes problemas em conceber nas duas obras visões dogmáticas, por isso Stern diz: “(...) há algo de verdadeiro em todas estas abordagens, mas cada uma delas nos apresenta um Wittgenstein que é muito preso a uma concepção e doutrinário do que os livros que ele de fato escreveu” (STERN, 2012, p.71).

Ou seja, Stern entende que muitos intérpretes de Wittgenstein, rompem com o próprio intuito do pano de fundo do *Tractatus* para as *Investigações* que é o de dizer que existe importância nas “tensões não resolvidas” entre as concepções de suas obras (STERN, 2012, p. 71).

Podemos trazer em nossa abordagem o que compreendemos como o pano de fundo, a partir dos ensinamentos de Stern que se distanciam de posicionamentos dogmáticos. Com isso, entendemos que há algo de importante a se dizer entre a antiga e a nova concepção de Wittgenstein. A antiga obra parte de ideias filosóficas tradicionais a respeito da tese de que a linguagem é essencialmente referencialista, enquanto que a sua nova obra é pura retratação desse equívoco quando compreende nesse tipo de concepção sobre a linguagem o reducionismo e insuficiência de uma linguagem unívoca que ignora as

¹ As duas interpretações apontadas por Stern são encontradas na leitura secundária entre os que admitem uma visão pirrônica e não-pirrônica em Wittgenstein. David Stern traz em seu trabalho uma introdução do que sejam esses tipos de ideais, mas também discorre sobre eles em subtópicos exclusivos. A grosso modo, a partir de Stern (2012, p.70), podemos descrever os pirrônicos como intérpretes que compreendem Wittgenstein como um autor que finaliza a filosofia, enquanto que os não-pirrônicos, ao contra-argumentar, afirmam que colocar um fim na filosofia é “demais”, na verdade, Wittgenstein (segundo os não-pirrônicos) se desconecta da filosofia tradicional para que uma filosofia inovadora e melhor seja feita. Perante o exposto, Stern defende que ambas abordagens são problemáticas, porque assumem certo dogmatismo. Por isso, ao se defrontar com os impasses e por entender que as principais obras de Wittgenstein (“*Tractatus*” e *Investigações Filosóficas*) não se tratam de respostas inabaláveis, ele elabora uma interpretação distanciada do dogmatismo e também incentiva os leitores iniciantes a não se apoiarem em visões dogmáticas (2012, p.74).

demandas de possibilidades linguísticas existentes na linguagem comum. Além disso, há de se afirmar que a ideia de linguagem essencialmente referencialista estabelece uma conexão muito forte com o problema da linguagem privada, tema que trataremos posteriormente.

Abster-nos do dogmatismo diante do que foi dito acima, implica em afirmar que Wittgenstein está utilizando a sua antiga obra para dizer que ele caiu em erros, mas que foram erros já cometidos na história da filosofia.

A fim de retratar os equívocos existentes, nos parágrafos iniciais das “*IF*”, Wittgenstein traz um contraste para sua nova visão que é o que ficou conhecido na literatura secundária como linguagem agostiniana, entretanto, julgamos que este não é o termo adequado. Doravante, vamos compreender melhor que o termo a ser empregado adequadamente é de linguagem atribuída a Agostinho.

Por hora, faz-se necessário entendermos que a linguagem atribuída a Agostinho está baseada na ideia de que as palavras se referem a objetos e, ela é reducionista, por não considerar as variedades linguísticas na linguagem e, assim, por aplicar nas linguagens apenas um tratamento, a saber, o referencialista, que “coisifica” até as palavras na linguagem que não têm de modo algum um objeto empírico correspondente. Ou seja, o reducionismo é identificado por reduzir toda a linguagem à concepção de que cada palavra tem seu objeto.

Este debate pode ser encontrado logo no §1 das *Investigações Filosóficas*, com informações de suma importância a respeito de como Agostinho enxerga a linguagem, isto nos permitirá atingir um entendimento mais transparente sobre a conexão que falamos anteriormente, entre a linguagem referencialista e o argumento da linguagem privada, pois a noção de privacidade no argumento da linguagem privada (§§ 243-315), tema principal de nosso trabalho, carrega semelhanças e relações entre as argumentações da linguagem atribuída a Agostinho.

Neste sentido, optamos por trabalhar neste capítulo com alguns parágrafos iniciais das “*IF*”, voltando nossa atenção em específico para os parágrafos §1 e §32, extraíndo as principais ideias presentes no §1 e mostrando a sua conexão com o §32 das *Investigações Filosóficas*.

Segundo Glock, as principais ideias que emergem da passagem do §1 são as seguintes:

- a) Cada palavra possui um significado;
- b) Todas as palavras são nomes, isto é, são sucedâneos de objetos;
- c) O significado de uma palavra é o objeto do qual é um sucedâneo;
- d) A conexão entre palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva, que determina uma associação mental entre palavra e objeto;
- e) As sentenças são combinações de nomes (GLOCK, 1997, P.370).

Ao longo deste capítulo vamos trabalhar com tais pontos buscando mostrar inicialmente que a concepção de linguagem atribuída a Agostinho por Wittgenstein se dá não como crítica, mas como um apontamento de um paradigma ou de uma visão que merece atenção por estar implícita em teorias filosóficas sobre a linguagem, notadamente em teorias que compõem a tradição moderna e contemporânea da Linguagem. Em razão disso, usaremos o termo de Linguagem atribuída a Agostinho, porque atribuir o termo de Linguagem agostiniana nos remeteria à ideia de que Wittgenstein estaria criticando a Agostinho e este não é o caso (trataremos desta temática no subtópico 1.2).

Em segundo lugar, buscaremos mostrar que Wittgenstein, desde o início das *Investigações Filosóficas*, apresenta uma concepção de linguagem que admite funções distintas, e não apenas uma única função de representar objetos. Nesse sentido, nem todas as palavras falam de objetos e o significado de uma palavra deve emergir de um contexto, que nem sempre tal significado será um sucedâneo de um objeto. Faremos menção ao experimento do §1b que se lê “cinco maçãs vermelhas” e ao experimento da linguagem dos construtores do §2 justamente para demonstrar a posição de Wittgenstein no sentido de que a definição ostensiva não é suficiente para compor os fundamentos de uma linguagem, nem mesmo de uma linguagem primitiva².

Por fim e mais importante para os nossos propósitos, vamos conectar a discussão da insuficiência da definição ostensiva com o ensino ostensivo da linguagem apresentando a crítica de Wittgenstein quanto à ideia sobre a conexão entre palavras e significado, ocorrendo por meio de uma definição ostensiva que pressupõe uma associação mental entre palavra e objeto.

No tópico 1.3, vamos tratar dessa discussão, desenvolvendo o seguinte argumento, que pretende ser o desenvolvimento da ideia apontada por Glock na alínea “d” anteriormente citada: Se a conexão entre palavras (nomes) e seus significados (referentes) se estabelece por uma definição ostensiva, então o ensino da linguagem se dá por associação mental entre palavra e objeto, que por sua vez, pressupõe uma linguagem inata e privada.

² O sentido de “linguagem primitiva” ou “linguagem primária” para Wittgenstein não pode ser compreendido de modo algum como uma linguagem inata, pois o próprio Wittgenstein combate ao inatismo na linguagem. Diante deste fato, importa-nos ressaltar que “linguagem primitiva” ou “linguagem primária” para Wittgenstein se refere aos jogos primários ou primitivos de linguagem, ou seja, a jogos em que o falante da língua ou está aprendendo as palavras de uma língua, como é o caso das crianças pequenas citadas nas seguintes seções: §6, §32 e §244, ou o falante está exposto a um número muito limitado de palavras, como é o caso dos construtores no §2 e da lista de compras no §1. Nesse sentido, segundo Glock, os jogos primitivos ou primários de linguagem podem ser hipotéticos, como nos casos em que os números de palavras são muito restritos (ex: linguagem dos construtores §2), ou não hipotéticos, partindo de situações cotidianas como é o caso do aprendizado da linguagem por crianças muito pequenas (ex: § 244) (GLOCK, 1996, p.226). Por fim, mais adiante o termo explicado aqui será retomado no exemplo das “cinco maçãs vermelhas” do §1 e na “linguagem dos construtores” do §2.

É justamente nesse ponto que podemos observar como o §1 está conectado ao § 32, pois o desenvolvimento da ideia da alínea “d” nos leva aos problemas decorrentes da pressuposição de uma linguagem privada.

Após a análise destes parágrafos iniciais das *Investigações Filosóficas*, estaremos finalmente preparados para o desenvolvimento da seguinte questão: uma vez identificado por Wittgenstein que a definição ostensiva pressupõe uma linguagem privada (§1 e §32), qual é o tipo de privacidade que está em questão? Para responder tal questionamento, vamos analisar no ponto 1.4 o parágrafo de abertura do Argumento da Linguagem privada, o parágrafo 243 das *Investigações Filosóficas*.

1.2. Análise de Wittgenstein sobre o emprego da concepção de linguagem atribuída à Agostinho

Perante a um contato inicial com a obra que abriga os “novos pensamentos” de Wittgenstein, nós podemos notar a possibilidade de muitos leitores iniciantes não enxergarem nenhum problema no §1, pois de grosso modo esta seção descreve como Agostinho aprendeu a falar. Vejamos:

[Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos.]. (WITTGENSTEIN, 1999, p 27).³

No §1a da citação, é perceptível que Agostinho expõe um exemplo de como funciona o aprendizado para com a apreensão dos objetos, mostrando que o modo mais primitivo de se compreender o que está diante de nós é por meio do modo designativo. Assim diz Agostinho nesta passagem: “Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele,

³ A citação parte de uma tradução do Latim que Wittgenstein faz da obra de Santo Agostinho nas Confissões, I/8. O autor elabora uma nota de rodapé para enfatizar isto. Diante disso, concordamos em trazer essa informação ao nosso texto, porque a tradução para a língua portuguesa é feita por José Carlos Bruni.

eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo." (WITTGENSTEIN, 1999, p.27).

Em seguida, no §1b da citação, Agostinho reforça a sua defesa quando diz que na designação palavra-objeto, as palavras se fazem presente nos gestos, na linguagem natural e demais expressões. Ou seja, ele está dizendo que embora exista a ideia de um aprendizado da linguagem, baseado no simples modo referencialista, não é suficiente afirmar que a indicação se reduz aos sons que se direcionam aos objetos, na tentativa de mostrar o que algo é. Sendo assim, a ostensão revelada como a base do processo ensino-aprendizagem se expande, como dizemos antecipadamente, nos gestos, linguagem natural, mímica, olhares e afins.

Podemos dividir estas duas partes em dois grandes problemas que, porventura, possam ocorrer nas leituras iniciais das “*IF*”. Na primeira parte do §1 da citação, interpretamos que Agostinho foi ensinado de acordo com o modo designativo. Deduz-se disto, que o aprendizado sobre os nomes das coisas, no modo mencionado, trata-se de um aprendizado de linguagem inata, de acordo com a interpretação de Agostinho. Quanto ao segundo problema, encontrado no §1b da citação, há a possibilidade de leitores iniciais concluir que Wittgenstein traz Agostinho para estimular a construção de suas argumentações posteriores de maneira que haja uma concordância ao que Agostinho entende sobre a linguagem.

Há que se questionar sobre os problemas percorridos e, ao adentrarmos neles, nós podemos responder de antemão que, no tocante ao §1a, Wittgenstein percebe que o modo referencialista não cabe em aprendizados de uma primeira linguagem, ou seja, discorda que a aquisição de uma primeira linguagem (linguagem materna, por exemplo) ocorre no processo de ensino por meio da designação. No que se refere ao §1b, nosso autor não usa Agostinho com a finalidade de defender os seus argumentos, mas ele traz um recorte das *Confissões* de Agostinho como um meio de exemplificar o entendimento que ocorre na tradição filosófica e que foi um pensamento a qual ele mesmo defendeu no “*Tractatus*”.

Diante das experiências com as leituras secundárias, vislumbramos algumas discussões sobre qual a real intenção de Wittgenstein ao trazer Agostinho para sua obra. Tais discussões baseiam-se no seguinte questionamento: o autor o trouxe com o intento de criticá-lo, fazendo-o de mais um filósofo “espantalho”? Ora, para responder à questão, nós nos baseamos em David Stern (2012, p.121) que cita o posicionamento de Warren Goldfarb, que sustenta a ideia de que a intenção de Wittgenstein para com o leitor das “*IF*” não se adequa a quem está mostrando que seu ponto de vista é o correto, de forma que Agostinho seja julgado e, diante disso, seja mais um filósofo refutado. Na verdade, o que ele deseja com essa citação inicial a Agostinho é instigar o leitor a reavaliar ao que ele compreende sobre linguagem, tendo em vista que, na

própria trajetória filosófica, muitas teorias estavam fundadas sob a defesa generalizante de que a base da linguagem é referencialista.

Há nessa diversidade de interpretações, questionamentos que aparecem da seguinte forma: Wittgenstein foi ou não um bom leitor de Agostinho? As citações iniciais das *Investigações Filosóficas*, de fato exprimem o que Agostinho entende e escreve sobre linguagem? Ora, acreditamos que este não seja o ponto ideal a citar aqui, pois há diversas interpretações dispostas nas leituras secundárias, onde muitas delas são antagônicas. Mas, basta-nos o comprometimento com a mesma concepção trazida por Stern (2012, p. 133), que diante das questões supracitadas diz ter algo de concreto e seguro de se declarar: Wittgenstein, com a citação das *Confissões* nas “*IF*”, o exemplo do aprendizado da linguagem, este baseado no referencialismo, mostra que há a necessidade de questionar o próprio modo referencialista. Diante disso, conclui-se que a negligência desse não questionamento, não exame, “levam os filósofos a argumentar da maneira que já fazem na tradição”.

No entanto, é salutar dizer que o referencialismo, segundo Wittgenstein, não dá conta até mesmo das formas mais primitivas de linguagem conforme veremos nos experimentos das “cinco maçãs vermelhas” do §1 e da “linguagem dos construtores” do §2. Por isso, se faz necessária uma investigação que resolva os problemas da linguagem na própria linguagem. Importa-nos ressaltar que em concordância a David Stern (2012, p. 122), apesar de nosso autor propor o levantamento dessas problemáticas, a sua principal preocupação não está em suscitá-las e resolvê-las sistematicamente, a partir de uma grande sofisticação filosófica, mas mostrar como esses problemas aparecem em nossas vivências e, por consequência, como eles são reproduzidos.

A partir dessa ideia, encontramos o que acreditamos ser a introdução das problemáticas do modo ostensivo na linguagem as quais iremos abordar com mais ordenação logo adiante, pois, no próprio §1, Wittgenstein também nos desafia diante de seu experimento de pensamento sobre as “cinco maçãs vermelhas” com a seguinte pergunta: “(...) onde e como procurar a palavra ‘vermelho, e o que vai fazer com a palavra cinco?’” (WITTGENSTEIN, 1999, p.28). Vejamos a citação completa:

[...] Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: "cinco maçãs vermelhas". Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo "maçãs"; depois, procura numa tabela a palavra "vermelho" e encontra na frente desta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos numerais suponho que a saiba de cor até a palavra "cinco" e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. Assim, e de modo

semelhante, opera-se com palavras. - "Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra 'vermelho', e o que vai fazer com a palavra 'cinco'?" - Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. - Mas qual é a significação da palavra "cinco"? De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra "cinco" é usada. (WITTGENSTEIN, 1999, p.28)

Para entendermos do que se trata este experimento de pensamento, há a necessidade de buscar interpretar o próprio autor a partir da reflexão oriunda da pergunta: o que Wittgenstein pretende com o questionamento voltado apenas à palavra “vermelho” e à palavra “cinco”? No que essas palavras se diferem da palavra maçã? Ora, diante do experimento de pensamento que diz sobre uma pessoa que vai até um comércio, apresentando ao comerciante um papel escrito: “Cinco Maçãs Vermelhas”, vai sob a esperança de alguém que julga tornar estes signos em produtos, mas também na esperança de que o comerciante compreenda que cada signo escrito está ligado a algo que compõe os produtos do comércio.

Neste caso, encontra-se de antemão, um equívoco em Agostinho e, por conseguinte, no restante da tradição filosófica, por conceber em exemplos como estes um aprendizado de linguagem inata, ou seja, linguagem em que assegura a seus aprendizes uma correspondência das palavras existentes a seus respectivos objetos. Encontra-se nisso, um grande problema no critério referencialista para Wittgenstein, pois é possível apontar as maçãs, mas não é possível apontar à palavra “vermelho” e à palavra “cinco”. Wittgenstein pretendeu com seu experimento, dizer que nem todas as palavras representam um objeto empírico, por isso, apresenta o exemplo das “cinco maçãs vermelhas” para concluir que generalizar o referencialismo na linguagem pode gerar absurdos, na medida em que “vermelho” e “cinco” se tornam reféns desse referencialismo.

Diante do exposto, admitimos, aqui, a partir do ponto de vista de Wittgenstein, que há em nossa linguagem o que o próprio autor chama de “tentações”. O que compreendemos sobre estas tentações é justamente o que tem sido combatido nas *“Investigações Filosóficas”* por Wittgenstein. Elas estão completamente direcionadas às práticas da linguagem que pode nos induzir à crença de que a linguagem tem uma essência, na qual se sustenta cotidianamente na ostensão. Isto parece possibilitar um critério de identidade ou de relação necessária entre uma palavra e um objeto. Veja a seguir no §1:

Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência de linguagem humana. A saber, esta: as palavras denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta

significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 27).

Neste sentido, David Stern pensa algo semelhante quando diz que o entendimento de Wittgenstein por Filosofia consiste no que ele mesmo escreve no §109, onde afirma que a Filosofia é “a luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento por meio de nossa linguagem”. Sendo assim, Stern complementa com a interpretação de que a linguagem é possível de ser enfeitiçada, mas também é luta para o desmanche desse feitiço (STERN, 2012, p. 131).

O problema da linguagem atribuída a Agostinho, encontrado na citação I/8 das *Confissões*, é respondido por Wittgenstein no experimento das “Cinco Maças Vermelhas”, defendemos isto, porque ao longo do posicionamento de nosso autor, há a ênfase a uma problemática muito marcante na linguagem quando se trata da ostensão. Qual seria a problemática da ostensão? Ou ainda, qual o impasse que mais tem incomodado Wittgenstein na linguagem atribuída a Agostinho? Ora, podemos dizer que é o fato de não ser diferenciado os tipos de palavras que são aprendidas na linguagem atribuída a Agostinho.

Além disso, é imprescindível registrar que essa não diferenciação resulta na noção de que o aprendizado da linguagem, antes de tudo, ocorre por ostensão aos objetos e o significado das palavras é tido como o próprio objeto. Dito isto, pode-se ressaltar que há insuficiência nessa tese, por tratar a linguagem como se ela fosse composta apenas por objetos empíricos. Ou seja, Wittgenstein ao observar isso, tece crítica a esse modo de pensar, pois também enxerga que as próprias proposições geradas no uso costumeiro da linguagem não são empregadas coerentemente e isso se deve à não distinção entre o que é uma proposição classificada como empírica e o que não é uma proposição tida como tal na linguagem. Enfim, o falante que não tem essa diferenciação bem estabelecida entende que a linguagem é unívoca. Observe a seguir o §1:

Santo Agostinho não fala de uma diferença entre espécies de palavras. Quem descreve o aprendizado da linguagem desse modo, pensa, pelo menos acredito, primeiramente em substantivos tais como “mesa”, “cadeira”, “pão”, em nomes de pessoas, e apenas em segundo lugar em nomes de certas atividades e qualidades, e nas restantes espécies de palavras como algo que terminará por encontrar. (WITTGENSTEIN, 1999, p.27).

1.3 Sobre a conexão entre a definição ostensiva e o referencialismo: análise do §1 e do §32

No tocante ao aprendizado da linguagem e seu vínculo com a problemática da ostensão, podemos vislumbrar uma correção feita por Wittgenstein. David Stern (2012, p.143-146) identifica, diante dessa correção, que o argumento da linguagem atribuída a Agostinho resulta em conclusões equivocadas no que diz respeito ao aprendizado da linguagem. A fim de trazer a resposta em que medida isso é um problema, iremos propor adiante nossas interpretações de como isso aparece nas “*IF*”, nas seções §2 e §6.

Veja bem, se considerarmos o experimento do §2, onde há um pedreiro, que chamaremos de “A” e seu ajudante que o chamaremos de “B”, faz sentido em uma situação que envolva ações de construção de prédios ou casas a utilização da palavra “lajota!” em um enunciado como “traga-me uma lajota”.

No entanto, isso não faz sentido no caso em que a pronúncia da palavra “lajota!” ocorre em um cenário que não o de construção. Muito provavelmente, as pessoas presentes no momento dessa pronúncia, no caso de tentar compreender o falante, não imaginará que aquilo se trata de um pedido e, por isso, poderão estranhar. Este é um experimento de linguagem primitiva hipotética em que Wittgenstein nos pede para compreendermos o experimento como um caso que já carrega respostas sobre a importância do contexto/cenário para a linguagem. Veja a seguir:

Pensemos numa linguagem para a qual a descrição dada por Santo Agostinho seja correta: a linguagem deve servir para o entendimento de um construtor A com um ajudante B. A executa a construção de um edifício com pedras apropriadas; estão à mão cubos, colunas, lajotas e vigas. B passa-lhe as pedras, e na seqüência em que A precisa delas. Para esta finalidade, servem-se de uma linguagem constituída das palavras "cubos", "colunas", "lajotas", "vigas". A grita essas palavras; - B traz as pedras que aprendeu a trazer ao ouvir esse chamado. - Conceba isso como linguagem totalmente primitiva. (WITTGENSTEIN, 1999, p.28)

Diante da interpretação do §2, podemos trazer para além da importância do contexto, uma das estratégias apontadas por Glock (1997, p.227), utilizada nas “*IF*” por Wittgenstein com a linguagem dos construtores (§2). Tal estratégia é notada por partir do argumento de redução ao absurdo, principalmente porque Wittgenstein mostra a impossibilidade do §2 em situações diversas, resgatando concepções filosóficas a respeito da linguagem, como é o caso da linguagem atribuída a Agostinho, e por, assim, contrastar com conceitos reais e possíveis de linguagem - não formados, logicamente, por apenas quatro palavras (“cubos”, “colunas”, “lajotas”, “vigas”).

Ou seja, com o uso limitado de palavras, Wittgenstein revela ao seu leitor: por mais que o experimento dos construtores seja considerado como primitivo, pois as quatro palavras é “toda a linguagem de um povo” (argumento apontado no §6), ela ainda assim é absurda, porque não considera situações que possam ocorrer para além do momento de construção. Além disso, o §2 implica em uma não-linguagem, uma vez que se tem a ideia de que a palavra é apenas um elemento para a formação da linguagem. Entre A e B, também, não há frases e, se não há frases, a interação é monótona, aumentando, deste modo, a possibilidade de ambiguidades. É notável, diante disso, que a linguagem dos construtores tem um fim destinado a partir do momento em que os objetos: "cubos", "colunas", "lajotas", "vigas" acabam. (GLOCK, 1997, p. 227).

Quanto ao §6, podemos perceber que existe uma discussão que gira em torno de como uma criança aprenderia sobre o que é a palavra “lajota”. Diante disso, tem-se a defesa de que o significado da palavra é compreendido a partir da interligação entre a palavra e a coisa pela linguagem atribuída a Agostinho.

No entanto, a posição de Wittgenstein a respeito do aprendizado da linguagem, que será retomado no argumento da linguagem privada (§244), se vincula à ideia de que o aprendizado do signo “lajota” ocorre por meio da interação, vivência comunitária, onde, antes mesmo da existência da criança envolvida no caso, já se teriam as lições sobre o que “lajota” representa na linguagem comunitária. Ou seja, o significado é preexistente em relação à existência da criança que, ao interagir socialmente, utiliza dos recursos linguísticos públicos para aprender os significados. Neste sentido, interpretamos que o §6 é um resgate do §2, onde Wittgenstein, conclui o seu argumento por redução ao absurdo ao evidenciar meios possíveis de aprendizado da linguagem que não o de Agostinho. Observe o § 6:

[...] Mas, se isso efetiva o ensino ostensivo, - devo dizer que efetiva a compreensão da palavra? Não compreende a palavra “lajota!” aquele que age de acordo com ela? Isto ajudou certamente a produzir o ensino ostensivo; mas na verdade apenas junto com uma lição determinada. Com uma outra lição, o mesmo ensino ostensivo dessas palavras teria efetivado uma outra compreensão completamente diferente. (WITTGENSTEIN, 1999, p.29).

Ademais, chegamos à conclusão de que, baseado na leitura do §6, não é possível uma criança aprender o vocabulário do §2 (experimento dos construtores), pois o método ostensivo não possibilita o real aprendizado da palavra na infância, e a criança, tampouco, tem condições de perguntar sobre a denominação, por não saber nem o que é um nome e a relação dele no mundo.

Vemos com grande importância o ato de olhar cuidadosamente para o §2, porque ele nos apresenta um exemplo que está restrito a um caso específico, se ele for colocado em um cenário diferenciado não fará o menor sentido. Conclui-se, então, sobre as duas seções um contraste, a saber, o §2, apesar de ser concebido como uma linguagem totalmente primitiva, nos instiga a elaborar questões sobre como os construtores sabiam e compreendiam a palavra “lajota” em seus contextos.

Consequentemente, pensar nessas questões nos leva a notar que a própria defesa do inatismo que gira em torno do aprendizado e uso das palavras, resulta em um absurdo, na medida em que a realidade mostra o emprego da palavra já tendo a sua dinamicidade no mundo. Ou seja, a defesa do inatismo se torna impossível, justamente pelo fato do aprendizado se dar na comunidade e em comunidade. Wittgenstein assim conclui, pois, como já falamos, traz o §6 para dizer que a linguagem inata contida no experimento dos construtores (§2) não é possível, argumentando pela redução ao absurdo.

A respeito do método de redução ao absurdo, podemos dizer que ele é praticado quando o filósofo aponta para a linguagem atribuída a Agostinho, visão de linguagem tradicional, e pouco a pouco traz razões que culminam em uma direção oposta, mas que dessa vez é logicamente possível.

Perante os desenvolvimentos desse diálogo, Stern (2012, p.145) reage a essas questões como quem percebe que Wittgenstein está preparando o terreno para então abordar um dos pontos principais no diálogo com o interlocutor⁴. A preparação deste terreno está atrelada às

⁴ O termo empregado: “interlocutor de Wittgenstein” é utilizado por David Stern em sua obra *“As investigações filosóficas de Wittgenstein: uma introdução”*, obra traduzida por Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino, 1ª edição de 2012. Para melhor expor a discussão sobre as vozes nas “Investigações Filosóficas”, trazemos aqui a interpretação de Rafael Lopes Azize (2009, p. 229-245) em seu texto “As vozes do álbum filosófico e os movimentos de pensamento”, texto que diz respeito ao que David Stern defende sobre as vozes operantes nas “IF”. De antemão é válido afirmar que concordamos e adotamos em nosso texto a defesa de que as “Investigações Filosóficas” é uma escrita dialógica de Wittgenstein, por isso, existem vozes. O que Rafael Lopes Azize defende é que Stern aposta em um diálogo triangular nas “IF”, contendo a voz do (a) “narrador de Wittgenstein”, (b) “interlocutor de Wittgenstein” e, por fim, a (c) “voz maliciosa”. Cada voz, diante do que Rafael Lopes Azize traz, precisa ser bem compreendida para que o leitor não tenha a sensação de “posições inconciliáveis”, ou seja, para que também o leitor seja incentivado a, como diz Baker (1999, p.138), tratar dos “movimentos de pensamentos” como um “diálogo interativo” e não como “estágios num debate antagonístico”. Ainda que Stern defenda que o “narrador de Wittgenstein” não é o próprio Wittgenstein, por se tratar de uma voz crítica do essencialismo no *“Tractatus”* e que traz o que é ideal para a concepção de linguagem, nós não adotamos a distinção de Stern, pois acreditamos que o “narrador de Wittgenstein” é a própria voz de Wittgenstein ao demonstrar seus “novos pensamentos”. Também não adotamos a voz da alínea “c”, pois, interpretamos a obra dialógica entre a voz de Wittgenstein e a voz do interlocutor. Importa-nos acrescentar também que não vamos entrar no debate sobre quem é o interlocutor, se é um mentalista, platonista, verificacionista e etc., embora no texto de Rafael Lopes Azize (2009, p. 239) o interlocutor seja visto como um mentalista.

ações de Wittgenstein, onde são baseadas em trazer as diversidades de linguagem, podemos comprovar isto nos (§§ 21-5).

Mas, podemos questionar, Wittgenstein está preparando o terreno para o quê exatamente? Ora, Stern (2012, p. 144-145) nos revela essa resposta após sustentar que a conexão entre palavra e objeto não é suficiente para a determinação do significado, pois como se comprova nas variedades linguísticas e a compreensão de seus empregos no (§21-5): o contexto, o tom da pronúncia das frases, a expressão facial e etc., são determinantes para que a compreensão genuína da linguagem se dê. A partir daí, Stern nos informa que trazer a discussão do (§21-5) é importante para Wittgenstein, pois a multiplicidade da linguagem serve para que a preparação do tópico da definição ostensiva seja percorrida adequadamente por ele.

Também nos importa registrar que é possível observarmos no diálogo entre Wittgenstein e seu interlocutor que uma das questões apoiadas nas “*IF*”, persiste em defender que o aprendizado da linguagem ocorre no modo designativo. Essa defesa é apoiada pelo interlocutor de Wittgenstein e resulta em uma linguagem baseada meramente no ato de nomear objetos.

Ora, o que também pode ser notado é o combate às chamadas “tentações” que induzem as pessoas a tratarem o termo “objeto” como se ele fosse um encaixe possível, adequado às mais variadas entidades, abrangendo, inclusive, as sensações. Podemos, diante disso, retomar o caso das “Cinco Maçãs Vermelhas”, onde a sensação de “Vermelho” e o número “Cinco”, no experimento de pensamento do §1, não foram possíveis de serem indicados, via definição ostensiva, por ter sido tratado como se na proposição “Cinco Maçãs Vermelhas” houvesse somente substantivos empíricos.

Há, com tal combate, a defesa feita por Wittgenstein, onde é argumentado que o ato de nomear por ele mesmo não concretiza resultado algum. Como vimos em exemplos simples de nosso cotidiano, o significado, a comunicação ocorre na linguagem, nos variados casos, somente quando na pronúncia de uma palavra ou enunciado ocorram condições pré-estabelecidas.

Esta é uma observação levantada também pelo autor David Stern (2012, p. 146), que destaca outro ponto, este embasado na ideia de que nem toda a nossa fala é sobre coisas. Nós podemos falar sobre salas com mesas, mas também podemos falar a respeito do estado, do humor, da situação das pessoas que ocupavam esses espaços, ou seja, existem múltiplas maneiras de linguagem. Além disso, Stern traz luz ao fato de que, a seu ver, a observação que mais intrigou Wittgenstein com essas questões foi de que existem usos variados e, diante deles, o contexto é que contribui para que as palavras tenham sentido.

A título de exemplo, nós podemos conectar os variados usos descritos acima por Stern com a passagem do *Livro Azul* (2018, p.21), pois as primeiras páginas da obra já nos trazem uma lição bastante importante sobre os problemas causados pelo modo ostensivo generalizado na linguagem. Para demonstrar isso, Wittgenstein fala sobre a necessidade de revisitar o conceito de certas palavras contidas nesses questionamentos para que haja condições concretas de respostas, uma vez que sem esse tipo de investigação na linguagem podemos sofrer um “constrangimento mental” ao tentar compreender as palavras a partir de um referencialismo incabível. Confira a citação a seguir:

O que é o sentido de uma palavra? Abordemos esta questão perguntando, em primeiro lugar, o que é uma explicação do sentido de uma palavra; a que se assemelha a explicação de uma palavra? Esta questão ajuda-nos de modo análogo ao modo como a questão «como é que medimos um comprimento?» nos ajuda a compreender o problema «o que é o comprimento?» As questões «O que é o comprimento?», «O que é o sentido?», «O que é o número um?» etc., causam-nos um constrangimento mental. Sentimos que para lhes dar respostas deveríamos apontar para algo e, contudo, sentimos que não podemos apontar para nada. (Enfrentamos uma das grandes fontes da desorientação filosófica: um substantivo faz-nos procurar uma coisa que lhe corresponda.) (WITTGENSTEIN, 2018, p. 21)

Como dito, anteriormente, o contexto é importante para conseguirmos compreender as palavras corretamente, mas, mais importante que assumir isto é estar atento para o fato de que, na verdade, a questão do contexto é apenas uma exemplificação dos variados modos de linguagem e dos diversos meios de investigação para compreendermos os seus usos. Neste sentido, Wittgenstein nos alerta para o fato de que a linguagem é muito mais ampla do que pensa o seu interlocutor, por exemplo, e assim, nos mostra a insuficiência na definição ostensiva quando certas palavras na linguagem não carregam um objeto correspondente.

Diante do exposto, também nota-se, na definição ostensiva, quanto ao que é identificado por Stern, que Wittgenstein no §26 traz a crença de que “o ato de nomear em si não estabelece nada, pois muita coisa depende do que acontece a seguir (ou antes)” (STERN, 2012, p. 146).

Conforme as argumentações anteriores, podemos concluir de fato que existem tentações na linguagem que precisam ser investigadas, uma vez que essas tentações podem nos levar a uma interpretação genérica de que a palavra está, absolutamente, interligada ao objeto. O problema disto é revelado no referencialismo generalizado, causador do reducionismo na linguagem.

Ao considerarmos para nossa discussão o §30 nos deparamos com certas afirmações sobre qual a relação da definição ostensiva diante de seu uso. Contudo, é válido antecipar que diante de nossa interpretação, Wittgenstein traz essa temática para ainda dialogar com a

linguagem atribuída a Agostinho no §1, a fim de desenvolver um caminho de resposta à sua questão em aberto sobre se o aprendizado da linguagem é um aprendizado que parte de uma linguagem inata conforme se vê no trecho das *Confissões* de Agostinho. Veja o que diz o §30:

Poder-se-ia, pois, dizer: A definição ostensiva elucidada o uso - a significação - da palavra, quando já é claro qual papel a palavra deve desempenhar na linguagem. Quando sei, portanto, que alguém quer elucidar-me uma palavra para cor, a elucidação ostensiva “Isto chama-se ‘sépia’” ajudar-me-á na compreensão da palavra. E isto se pode dizer, se não se esquecer que todas as espécies de perguntas ligam-se à palavra "saber" ou "ser claro". Deve-se já saber (ou ser capaz de) algo, para poder perguntar sobre a denominação. Mas o que se deve saber?

É-nos incumbido com o §30, como é mostrado acima, relatar qual saber é necessário quando é afirmado que o conhecimento antecede a pergunta sobre o nome de algo. A respeito disso, observamos que é respondido de grosso modo sobre o que se deve saber antes da denominação, encontramos uma resposta prévia no §29 onde nos revela o caminho para a compreensão do saber procurado, por isso, a identificação se inicia sobre a curiosidade do que se fala, seja de número, cor. Vejamos o § 29a:

Talvez se diga: o dois só pode ser definido ostensivamente assim: "Este número chama-se 'dois'". Pois a palavra "número" indica aqui em qual lugar da linguagem, da gramática, colocamos a palavra. Mas isto significa que a palavra "número" deve ser elucidada, antes que aquela definição ostensiva possa ser compreendida. A palavra "número" na definição indica certamente esse lugar; o posto em que colocamos a palavra. E podemos assim evitar mal-entendidos, dizendo: "Esta cor chama-se assim-assim", "Este comprimento chama-se assim-assim" etc. Isto é, mal-entendidos são muitas vezes evitados desse modo. [...] (WITTGENSTEIN, 1999, p. 37)

Obtida a informação de que compreensão da palavra se dá antes da definição ostensiva via aprendizado comunitário da linguagem, nosso autor aborda no parágrafo mencionado a frase “*lugar* na linguagem, na gramática”. O que podemos interpretar é que Wittgenstein está empenhado não somente em mostrar os variados tipos de jogos de linguagem, como também em nos alertar que há uma gramática para “*mesa*”, “*pão*” e existe outra gramática para “*cinco*” e “*vermelho*”.

A discussão não para ainda, já que Wittgenstein se propõe a trazer mais detalhes. Sendo assim, mantendo-se insistente, traz, então, o exemplo do jogo de xadrez contido no §31 para dar continuidade às respostas das questões levantadas, sobretudo, no §30. Vejamos o §31ed:

Neste caso, diremos: as palavras "Este é o rei" (ou "Isto chama-se 'rei'") são apenas uma elucidação de palavras, se o que aprende já 'sabe o que é uma figura do jogo'. Se acaso já jogou outros jogos, ou observou o jogo de outros 'com compreensão' - e coisas do gênero. E apenas então, no aprendizado do jogo, poderá perguntar com relevância: "Como se chama isto?", a saber, esta figura do jogo. Podemos também imaginar que o interrogado responda: "Determine você mesmo a denominação" e aquele que perguntou deverá então responsabilizar-se por tudo. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 39).

Não podemos negar que o exemplo do jogo de xadrez, foi um experimento relevante e didático, por ele trazer verdades acerca da linguagem. Quando pensamos em jogos, logo temos em mente as regras que os acompanha, o ponto importante sobre o jogo de xadrez é que ele tem suas regras muito bem organizadas, mas disso não se segue que para o aprendizado deste jogo as regras têm necessariamente de ser acompanhadas de um tutorial detalhado.

Em uma relação onde existe alguém que domina o jogo e outro alguém que deseja aprender, o professor começa a ensinar por meio do pronome demonstrativo "‘Este’ é o rei" com a finalidade de dizer que há a necessidade do aprendiz de compreender algo antes de qualquer outra coisa, no §31 isso é esclarecido. A questão reivindicada por Wittgenstein é que no tocante ao pronome demonstrativo, quem expressa "Este é o Rei" é quem já tem conhecimento do jogo, por isso, cita no §31: "diremos apenas que aprende-se o uso quando o lugar já está preparado" (WITTGENSTEIN, 1999, p. 38).

Pelo ponto de vista do aprendiz do jogo de xadrez, é notável que Wittgenstein frisa que a pergunta carregada do pronome demonstrativo como é o caso de "Qual o nome desta peça?" tem sentido de ser feita apenas quando o sujeito tem conhecimento de jogos a partir de sua própria experiência ou por ver alguém jogando.

Diante do exposto, com o desfecho dessa narrativa, o que o nosso autor usa à sua defesa é que a explicação ostensiva não serve como fundamento para o aprendizado de uma linguagem inicial, pois assim como dizemos a respeito do "número", pressupõe-se uma série de conhecimentos sobre como ele funciona e em que lugar da linguagem está situado. Assim, na linguagem, ocorre com os nomes. No entanto, importa-nos trazer luz sobre o fato de que Wittgenstein não está lançando fora as definições ostensivas em si, ele compreende a sua importância, mas a proeminência pode ser dada somente quando se aprende uma segunda linguagem, uma vez que as condições anteriores à definição ostensiva já estão estabelecidas e organizadas na linguagem materna que foi aprendida em um jogo de linguagem primitivo.

Nesse sentido, consideramos relevante registrar que toda essa discussão está atrelada ao primeiro parágrafo das *Investigações Filosóficas*. Fomos induzidos a pensar assim, justamente

porque no §32 há a menção à Agostinho, acompanhado do alvitre de que a concepção dele de como funciona a aprendizagem da linguagem, por mais que seja tratada por alguém que acredita que este seja um aprendizado de primeira linguagem, na verdade, trata-se de um exemplo de aprendizado de uma segunda linguagem.

Quem chega a um país estrangeiro aprenderá muitas vezes a língua dos nacionais por meio de elucidações ostensivas que estes lhe dão, e precisará frequentemente adivinhar a interpretação dessas elucidações, muitas vezes correta, muitas vezes falsamente. E agora podemos dizer, creio: Santo Agostinho descreve o aprendizado da linguagem humana como se a criança chegasse a um país estrangeiro e não compreendesse a língua desse país, isto é, como se ela já tivesse uma linguagem, só que não essa. Ou também: como se a criança já pudesse pensar, e apenas não pudesse falar. E “pensar” significaria aqui qualquer coisa como: falar consigo mesmo. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 39)

Sobre a conexão empregada entre a definição ostensiva e o referencialismo, pode-se notar que resulta no argumento de Wittgenstein de que ambas trazem não apenas insuficiências, como também um absurdo, logicamente falando, uma vez que está pressuposto no modelo referencialista uma associação mental entre palavra e objeto que se estabelece via definição ostensiva. Nesta pressuposição, por sua vez, todo aprendiz da linguagem, supõe aprender a sua primeira linguagem a partir de uma linguagem inata e privada, inacessível às demais pessoas. Eis o absurdo: a conexão entre definição ostensiva e o referencialismo resulta em uma linguagem solipsista⁵.

Dito por outras palavras, o problema lógico da conexão entre a definição ostensiva e o referencialismo, gera a ideia de que o aprendizado das palavras se dá por meio de critérios privados, quando na verdade o significado das palavras é obtido a partir do uso que delas são feitos socialmente. Ou seja, o aprendizado se dá, na verdade, por critérios públicos, uma vez que, nem todas as palavras têm seus respectivos significados determinados pela conexão palavra-objeto, mas de acordo com vários fatores, seja pelo contexto, entonação, expressão facial, movimento corporal, enfim, situações que consideram a vastidão linguística e as práticas e usos sociais da linguagem.

Enfim, essa conexão reverbera em uma pressuposição de associação mental entre palavra e objeto que, conseqüentemente, presume uma linguagem inata e privada. Neste

⁵ Falaremos mais sobre a linguagem solipsista como consequência lógica do modelo referencialista de linguagem no capítulo 2 do presente trabalho.

sentido, o §1 conectado ao §32, como desenvolvemos até aqui, nos faz perceber que a defesa do inatismo e privacidade é um resultado do referencialismo contido na linguagem atribuída a Agostinho.

1.4 Sobre a noção de privacidade no Argumento da Linguagem Privada (§243)

A fim de conhecer como a privacidade é abordada nas “*Investigações*” de Wittgenstein diante do Argumento da Linguagem Privada, este estando disposto nos §§243-315, tem-se a necessidade de anteriormente compreender o que é o Argumento da Linguagem Privada.

Para trazermos um panorama geral, inicialmente, é importante destacar que, segundo Hacker, o termo “argumento da linguagem privada” não é de Wittgenstein, embora ele esteja presente nos *Manuscritos 165*, 101 como “discussão de uma linguagem privada”. Hacker, também diz que a terminologia “argumento da linguagem privada” é equivocada, pois não se trata de apenas um argumento, mas de muitos argumentos, por isso, propõe uma alteração do termo para “os argumentos da linguagem privada”. (HACKER, 1990, p.15).

Além disso, é de suma importância mostrarmos que existe uma divergência na literatura secundária quando o assunto é: onde encontrar o “argumento da linguagem privada”?

Para Kripke “o argumento da linguagem privada” começa no §202, entretanto, Hacker defende o contrário, se identificando tradicionalmente com a ideia de que os argumentos se encontram nos §§243 -315. Para isto, ele nos informa que o §202 não pode ser lido como o “argumento da linguagem privada”, embora o exemplo do “seguir regras” (§202) faça com que as seções 243-315 dependa teoricamente dela, assim como de parágrafos anteriores. (HACKER, 1990, p. 18-21)

A explicação geral da noção de privacidade em Wittgenstein também nos deixa o dever de reforçar que de acordo com Hacker em sua obra “*Wittgenstein meaning and mind*” não há, entre os §§243-315, apenas um, mas muitos argumentos contra a linguagem privada. Sendo assim, ele dividirá os argumentos a respeito da privacidade em: “Posse Privada da Experiência” visto no §253 e “Privacidade Epistêmica” no §246. (HACKER, 1990, p. 65-81)

Ao darmos essa explicação do que é o argumento baseado nas próprias palavras de Wittgenstein, iremos nos firmar na análise do §243, pois nosso autor, por meio de experimentos de pensamento, nos informa o que este argumento representa e significa.

Um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia, pois, imaginar homens que falassem apenas por monólogos. Que

acompanhassem suas atividades com monólogos. - Um pesquisador que os observasse e captasse suas falas, talvez conseguisse traduzir sua linguagem para a nossa. (Estaria, com isto, em condição de predizer corretamente as ações dessas pessoas, pois ele as ouviram também manifestar intenções e tirar conclusões.) Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores - seus sentimentos, seus estados de espírito? - Não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? - Acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem. (WITTGENSTEIN, 1999, p.98).

O que podemos ver de antemão, nesta seção, é que a primeira parte é iniciada com a ideia de homens que utilizam a linguagem de uma forma reflexiva, ou seja, por monólogos “um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia, pois, imaginar homens que falassem apenas por monólogos”. Mas, há de se questionar, esses exemplos sintetizam o que de fato é o Argumento da Linguagem Privada para Wittgenstein?

Ainda no mesmo parágrafo do §243, surge o exemplo de um pesquisador que tenta traduzir e que poderia obter sucesso nessa tradução dessa linguagem tida, até então, como um suposto exemplo do Argumento da Linguagem Privada. Entretanto, podemos concluir que toda a primeira parte do §243 não se trata do argumento investigado, pois tudo o que foi proposto até aqui, além de fazer parte de nossas atividades cotidianas, trata-se também de linguagem pública, compartilhável, embora falada por homens solitários tal como o personagem Robinson Crusoe antes de ser resgatado de uma ilha.

Já o segundo parágrafo da seção, este sim, sintetiza o que é o Argumento da Linguagem Privada, quando em suas últimas linhas diz que: “as palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem”. Ou seja, a privacidade nessa argumentação deve partir de uma regra onde apenas uma pessoa conhece o significado das palavras na linguagem e, esta pessoa, é o próprio falante.

Segundo Stern esse tipo de privacidade, trata-se de uma “super-privacidade”⁶, ou seja, privacidade que somente o falante da linguagem pode saber. Por conseguinte, podemos dizer que a definição de Wittgenstein sobre o significado do Argumento da Linguagem Privada é

⁶ Segundo Stern, quando Wittgenstein escreveu um texto sobre o tema para o público em inglês cunhou o termo “super-privado”, o que dá a entender que se trata de uma noção específica técnica de privacidade. (STERN, 2012, p. 255).

nada mais que uma definição técnica e não do cotidiano. Mas o que seria essa definição técnica de privacidade?

Segundo Hacker (1990, p.65), encontramos no argumento da linguagem privada dois tipos de privacidade que podem ser classificadas como técnicas, a “Posse privada da experiência” e “Privacidade Epistêmica”, pois ambas se encontram com frequência em teses e argumentos da tradição filosófica.

Sobre a "Posse Privada da Experiência", Hacker traz sua interpretação desse conceito baseado no §253 das *"Investigações"* ao se deparar com o enunciado do linguista privado que diz: "outra pessoa não pode ter as minhas dores". A visão de Hacker diante dessa afirmação é de que existe uma pessoa que tenta privatizar a sensação de dor embasando-se no critério que deveria ser utilizado somente na gramática dos objetos empíricos. Ademais, Hacker também vê que afirmar o §253 é o mesmo que admitir um critério de identidade, pois enunciar: "outra pessoa não pode ter minhas dores", segundo ele, é o mesmo que dizer: "outra pessoa não pode sentir dores idênticas às minhas". (HACKER, 1990, p.81)

Antes de explicar sobre do que se trata, para Hacker, a "Privacidade Epistêmica", é importante entendermos que ela deriva da “Posse Privada da Experiência”. Como podemos compreender isto? Ora, ele nos dá uma resposta interessante ao citar o seguinte argumento: “Se apenas o ‘possuidor’ pode ter uma dada experiência, parece ser plausível afirmar que apenas ele pode saber que experiência está tendo”. (HACKER, 2000, p.29)

O que podemos interpretar do argumento acima é que a explicação da antecedência da “Posse Privada da Experiência” à “Privacidade Epistêmica” se baseia na ideia de que para que eu “saiba” (termo que demonstra na citação a relação direta à temática da “Privacidade Epistêmica”) os meus estados internos, é necessário que antes eu os “possua”, os “tenha”, por isso, a ideia expressada com o termo “ter”, denota a existência de um sujeito que possui a experiência e ao acessá-la, posteriormente, sabe das mesmas.

Sobre do que se trata a "Privacidade Epistêmica" segundo Hacker (2000, p. 29-30), podemos afirmar que é a ideia de que eu tenho acesso privilegiado à minha própria mente e, por isso, por introspecção visito-a. A introspecção é nada mais que o meu ato de acessar a minha mente e, diante desse acesso, poder falar tudo que eu encontro nela com possessividade e certeza. O termo “Privacidade Epistêmica” parte, diante do exposto, desse processo de introspecção aos meus estados internos que me possibilita o saber, o conhecimento, a consciência do que acesso interiormente. Nas *Investigações Filosóficas* a “Privacidade Epistêmica” é vista no §246 quando o interlocutor diz: “Ora, apenas eu posso saber se realmente tenho dores; o outro pode apenas supor isto”.

No próximo capítulo vamos tratar das consequências decorrentes da aceitação do modelo referencialista da linguagem que traz a pressuposição de que uma linguagem inata baseada na “posse privada da experiência” e na “privacidade epistêmica”, faz sentido.

2. CONSEQUÊNCIAS DA ACEITAÇÃO DO MODELO REFERENCIALISTA DA LINGUAGEM.

2.1 Introdução

Feito o trabalho de mostrar, inicialmente, que o modelo referencialista na linguagem resulta em uma associação mental entre palavra e objeto (via definição ostensiva) e o seu desencadeamento na noção de privacidade na linguagem, que diz respeito à ideia de que apenas o falante tem acesso e compreensão da mesma, agora, neste capítulo, temos a intenção de mostrar exclusivamente os problemas resultantes dessa conexão que se estabelece entre o modelo referencialista e a privacidade na linguagem.

Tais problemas estão basicamente relacionados ao ceticismo, seja o ceticismo de significado ou o ceticismo em relação às outras mentes. Mostraremos que o ceticismo é um problema filosófico que precisa ser evitado nas questões sobre significado das palavras e linguagem, pois ele resulta em uma posição solipsista ou na admissão de que uma “linguagem solipsista” faça sentido.

Dito isto, será notado que este capítulo partirá da revelação mais detalhada das consequências da aceitação do modelo referencialista, com intuito de dizer que assim como nas *Investigações Filosóficas*, aqui também haverá o dever de apresentar, antes de tudo, o problema. E em outro momento (no capítulo sucessor) apresentaremos o posicionamento de Wittgenstein, como uma investigação das argumentações de seu interlocutor e, conseqüentemente, suas contrapropostas argumentativas.

O presente capítulo será então estruturado da seguinte forma: no subtópico 2.2 mostraremos que no §258 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein trabalha um tema muito caro aos problemas que vamos destacar. Trata-se do conhecido parágrafo sobre a sensação “S” onde Wittgenstein argumenta que “Se o significado das palavras é baseado somente em experiências privadas, então...” ocorre inicialmente um ceticismo de significado, pois somente o falante sabe o significado das palavras e ele não possui um padrão de correção que lhe faça ter a certeza de tais significados. Além disso, o §258 enfatiza que a defesa de ligação do signo

com a sensação enquanto uma experiência privada, não passa de uma tentativa de atribuir um critério de correção irrelevante e semanticamente impossível.

Será tema de nosso subtópico 2.3 o ceticismo sobre outras mentes, pois, uma vez que o ceticismo de significado ocorre, o problema do ceticismo em relação às outras mentes surge, justamente porque o falante está baseado somente nos critérios privados de significação e, diante disso, desconsidera totalmente a existência de outras mentes para além da sua.

Por fim, o nosso último subtópico, a saber o 2.4, nos mostrará que ceticismo, seja de significado ou em relação às outras mentes, resulta no Solipsismo, segundo o qual somente o que existe é o próprio sujeito com suas experiências internas e privadas. Deste modo, neste subtópico, perceberemos que o §258 diz muito também sobre o Solipsismo, pois o aprendizado do que são sensações se dá a partir de um caso próprio e com introspecção, ou seja, acesso à própria mente.

Importa-nos dizer que, embora Wittgenstein tenha uma resposta aos problemas céticos decorrentes da aceitação do modelo referencialista, e cuja resposta pode ser encontrada na ideia de “regra” e “seguir uma regra” no §202, nós não iremos entrar nesse assunto, porque como antecipamos sobre a nossa abordagem no presente capítulo, o nosso foco é mostrar os problemas céticos das aceitações do modelo referencialista.

2.2 Ceticismo de significado

Diante da noção de privacidade no argumento da linguagem privada (§243) que se trata, como explicado em nosso subtópico 1.4, de uma linguagem em que somente o falante tem acesso, podemos perceber que essa temática se delonga em algumas situações dentro das seções das *Investigações Filosóficas*.

Comprometemo-nos aqui, a partir da noção já estabelecida em nosso trabalho, a mostrar que a consideração de uma linguagem privada, ocorrendo por meio de uma suposta ostensão interna da palavra ligada à sensação, resulta na ausência de um padrão público de correção que possa possibilitar o significado dessa palavra.

Portanto, a fim de elucidar essas ideias, é importante entendermos que haverá nas *Investigações Filosóficas* uma série de argumentações marcadas pelo diálogo entre Wittgenstein e seu interlocutor que, a nosso ver, definirão que o padrão de correção público se mostra como indispensável para a linguagem. Doravante, iremos compreender os encaminhamentos desse diálogo com o exemplo da sensação “S” que será abordada a partir do §258 das *“Investigações”*.

Dito isto, também é imprescindível deixarmos neste subtópico evidente que o diálogo mencionado acima traz defesas distintas, onde para Wittgenstein o §258 sobre o signo “S” ocorre apenas por via pública de “regras comunicáveis”, enquanto que para seu interlocutor o signo “S” ocorre pela sua associação à sensação que se dá por via definição ostensiva privada. Para detalharmos mais estas questões vejamos o diálogo no §258:

Consideremos este fato. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para tanto, associo-a com o signo "S" e escrevo este signo num calendário, todos os dias em que tenho a sensação. - Observarei, primeiramente, que uma definição do signo é impronunciável. Mas posso dá-la a mim mesmo como uma espécie de definição ostensiva! - Como? Posso apontar para uma sensação? - Não no sentido habitual. Mas falo ou escrevo o signo e ao fazê-lo concentro minha atenção na sensação; - aponto, pois, como que interiormente, para ela. Mas para que esse ritual? Pois parece ser apenas isto! Uma definição serve para estabelecer a significação de um signo - Ora, isto se dá precisamente pela concentração da atenção; pois, desse modo, gravo em mim mesmo a ligação do signo com a sensação. - "Gravo-a em mim mesmo" pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corretamente da ligação. Mas, em nosso caso, não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto é aquilo que sempre me parecer correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar 'correto' (WITTGENSTEIN, 1999, p. 101).

De antemão podemos notar que o interlocutor deixa estabelecido os requisitos de uma linguagem privada, onde ele explica como pode, neste modelo, atribuir significado para uma sensação. A partir dessa explicação, ele se embasa na ideia de que essa significação deve se dar através de sua escrita do signo “S” no calendário em todas as vezes que a sensação ocorrer, respondendo ao questionamento de Wittgenstein: “[...] Posso apontar para uma sensação?”, que essas ações acontecem de maneira introspectiva, pois ele diz apontar interiormente para a sua sensação “S”.

Mas, diante disso, devemos nos questionar: como Wittgenstein reage a essas atitudes privativas? Ora, Wittgenstein quando lida com as argumentações que defendem a linguagem privada, com os defensores de uma significação da palavra dada via critérios subjetivos (onde apenas quem atribui a dor a si é capaz de ter acesso e dar significado), ele recorre aos motivos do porquê esse tipo de defesa é impossível.

Segundo Glock (1997, p. 231), a impossibilidade da linguagem privada dada por Wittgenstein, não ocorre através de uma simples “visão comunitarista” da linguagem, mas também por meio, por exemplo, da necessidade do signo “S” surgir a partir de padrões de correção que, além de tudo, possa demonstrar o domínio de seu uso. Ou seja, podemos observar que a impossibilidade da defesa de uma linguagem privada, como é o caso de uma linguagem

como a sensação “S” (visto no §258), se dá para Wittgenstein na medida em que se torna também impossível haver um padrão de correção público para tal sensação.

A questão que gira em torno do padrão público de correção é de que somente por meio dele se torna possível atribuir o significado do signo. Além disso, importa-nos ressaltar que Wittgenstein trabalha com a ideia de que os problemas da linguagem são resolvidos dentro da própria linguagem. Diante desse pressuposto, como corrigir possíveis erros linguísticos sem que haja ao menos um padrão público de correção? Este é um dos pontos levantados por Wittgenstein e mostrados ao seu interlocutor que parece não compreender que o padrão de correção da linguagem existe somente quando os recursos são públicos, comunitários.

Wittgenstein, diante disso, tenta mostrar ao interlocutor e aos leitores que o significado da sensação “S” não se torna ininteligível somente para o outro (para o sujeito que não atribui significado da sensação a si mesmo), mas também para o próprio autor da escrita da sensação “S” que se sente impossibilitado de explicar e utilizar o signo via “regras comunicáveis” da linguagem.

No entanto, o interlocutor diante desse problema levantado por Wittgenstein, se mantém insistente na ideia de que não se faz necessária a significação por meio de regras comunicáveis, pois acredita que não há problemas em atribuir significado por via ostensiva privada. Mas, vale evidenciar que nem ele mesmo conseguirá - assim - ter a certeza de suas próprias atribuições de significado, principalmente porque o ser humano nem sempre se recorda de alguns eventos, atividades que acontecem em sua vida.

A partir dessa condição humana, podemos destacar ainda outra estratégia do interlocutor de Wittgenstein para firmar sua posição. A fim de estabelecer um padrão de correção para a ostensão privada, o interlocutor apelará à memória, mas a resposta de Wittgenstein a essa defesa que ficou conhecida como “falibilidade da memória”, é de que apesar do interlocutor achar que está evocando imagens mentais que se tenta verificar internamente, de forma completamente independente, na verdade, ele recorre à verificação de ocorrências públicas e intersubjetivas, dadas no mundo. Por isso, no §265 sobre uma tabela de consulta imaginativa, Wittgenstein responde à estratégia do interlocutor, afirmando que “Consultar uma tabela na imaginação é tão pouco o consultar uma tabela, quando a representação do resultado de um experimento imaginado é o resultado de um experimento” (WITTGENSTEIN, 1999, p.102).

Sobre a “falibilidade da memória” podemos entender que essa é uma situação importante e contributiva para o enfraquecimento da argumentação do interlocutor. Pois, se ao observarmos bem, Wittgenstein entende que o interlocutor, ao afirmar que o significado se dá por meio de uma concentração no momento em que a sensação ocorre para que seja gravado

nele mesmo a ligação entre a sensação e o signo, reduz tudo a um processo de mera recordação futura. Mas, temos de compreender que essa recordação é a recordação de algo que já ocorreu no cotidiano, ou seja, por vias públicas da linguagem. Sobre a recordação, Glock responde a partir da “falibilidade da memória”. Veja a seguir:

Essa observação já foi interpretada como calcada em uma atitude cética com relação à memória: não posso ter certeza de estar usando "S" somente quando tenho "S", porque minha memória não é infalível. Assim compreendida, a passagem convida-nos a responder que a falibilidade da memória constitui um problema igual no caso de uma linguagem pública, de tal forma que, ou o argumento é incorreto, ou ameaça a própria possibilidade da linguagem em geral. Os defensores de Wittgenstein retorquiram que tal falibilidade é inofensiva se os erros puderem ser corrigidos-o que não é possível no caso privado. (GLOCK, 1997, p. 232)

Dentre essas suposições a respeito da “falibilidade da memória”, concordamos com os defensores de Wittgenstein e também consideramos importante trazer a “falibilidade da memória”, por acreditarmos que ela seja um fator que desestrutura a defesa do interlocutor por ele se apoiar na significação, por via associação ostensiva privada. Devido ao apoio a esse tipo de concepção referencialista e ostensiva do significado, o interlocutor não considera que sua memória possa falhar nos momentos em que precisaria focar naquela sensação sentida e associá-la ao signo “S”, para então escrevê-lo no calendário.

Ao que foi exposto, podemos concluir que o ceticismo de significado é visto justamente na atitude de Wittgenstein de dizer que a ação privatista do interlocutor não realiza significado algum, pois todo o movimento proposto pelo interlocutor não passa de um “ritual” que no fim de tudo se resume em um padrão de correção impossível semanticamente de ser constituído.

À ideia citada, trazemos o §259 das “*Investigações*” que levanta a questão: “As regras da linguagem privada são *impressões* de regra? [...]” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 101), a fim de constatar que tentar atribuir significado ao signo “S” resulta em uma prática insignificante que não se utiliza de regras, mas de “*impressões de regras*”.

2.3 Ceticismo sobre outras mentes

De acordo com a problemática apontada em relação ao ceticismo de significado, pudemos perceber que ele é um problema que foi tratado como tal, por Wittgenstein, devido a sua falta de critérios e padrão público de correção. Além disso, pudemos notar que nosso autor

identificou na atitude do interlocutor uma insignificância em seus “rituais”, no que ele dizia atribuir significado às suas sensações.

Resgatar essa ideia do subtópico anterior (2.2) nos importa, porque entendemos que da mesma maneira que no argumento do interlocutor (no §258), não é encontrado um padrão público de correção para checar a veracidade da atribuição de significado da sensação, também não é possível verificar a existência de qualquer tipo de correção que faça sentido. Ou seja, o interlocutor de Wittgenstein, neste modelo privatista, abre caminho para outro problema cético para além do problema relacionado ao significado das palavras atribuído às sensações, que é o problema da “existência de outras mentes”. O nosso objetivo, em breves palavras, é mostrar do que se trata esse problema, advindo, como já antecipamos, da aceitação do modelo referencialista.

Vê-se, diante disso, que o problema da “existência de outras mentes” decorre do ceticismo de significado, pois os critérios propostos pelo interlocutor no que diz respeito a toda problemática do ceticismo de significado, parte de critérios que são privados e aplicados também no problema de outras mentes, por isso, em ambas problemáticas não é possível ter padrão público de correção.

Sobre o problema da “existência de outras mentes”, podemos recorrer a uma definição feita pela literatura secundária de Kripke em seu livro *“On rules and private language”*, onde o seu pós-escrito intitulado “Wittgenstein e outras mentes”, nos informa sobre o que esse problema se trata para a filosofia da mente tradicional. Veja o que ele diz:

A filosofia da mente tradicional argumentou, em seu "problema de outras mentes", que dado que eu sei o que significa para mim sentir cócegas, posso levar os céticos a questionar se os outros sentem o mesmo que eu, ou mesmo se existem mentes conscientes por trás de seus corpos. O problema é de uma das *justificativas epistêmicas* de nossa 'crença' que outras mentes existem "atrás dos corpos" e que as suas sensações são semelhantes às nossas. (KRIPKE, 1982, p. 114, tradução nossa).

De grosso modo, podemos dizer que o problema da “existência de outras mentes” apresentado por Kripke, deriva do ceticismo de significado como defendemos, e parte da tentativa de responder questões que surgem no seguinte modelo: como saber se existem mentes além da minha? Como provar mentes que não a minha? Essas questões serão tratadas posteriormente e, a partir delas, mostraremos como Wittgenstein lida com o problema citado.

Por hora, pensamos ser viável frisar que o problema da “existência de outras mentes” se encontra dentro do argumento da linguagem privada (§§243-315) e Kripke detalha sobre a

ligação do problema da “existência de outras mentes” com o argumento da linguagem privada. Segundo Kripke (1982, p. 141), essa ligação ocorre na medida em que reconhecemos a impossibilidade do “ALP” e chegamos à conclusão que o problema das outras mentes se torna impossível quando se considera o “argumento por analogia”. Mas, o que seria esse argumento por analogia e qual o seu vínculo com o problema da “existência de outras mentes”?

Referente às questões, o argumento por analogia é encontrado no §302 das “Investigações” e se trata basicamente da tentativa de representar-me as dores dos outros, no modelo de minha própria dor. Wittgenstein se opõe a esse argumento, que tenta responder, sobretudo, à questão de “como saber que existem mentes além da minha?”. Veja a seguir o §302:

Se precisamos representar-nos a dor dos outros segundo o modelo de nossa própria dor, então isto não é uma coisa fácil: pois devo representar-me dores que não sinto, segundo dores que sinto. Simplesmente não tenho, na representação, de fazer a passagem de um lugar de dor para outro. Como, por exemplo, de dores na mão para dores no braço. Pois não posso me representar que sinta dor em alguma parte de seu corpo. (O que também seria possível.) O comportamento de dor pode indicar uma região dolorida e é a pessoa que padece quem manifesta dor. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 108)

Tentar “[...] representar-nos a dor dos outros segundo o modelo de nossa própria dor [...]”, como o próprio Wittgenstein diz, não é uma tarefa fácil de ser realizada. É um movimento complexo, porque vai além de uma tentativa de transferência imaginativa, onde uma dor na mão pode ser imaginada como uma dor no braço. Ou seja, esse movimento não se trata de imaginar dores em outros locais de um mesmo corpo, mas imaginar as dores que não sinto em um corpo que sente, pois como o próprio Wittgenstein finaliza no §302, apenas a pessoa que padece de dor é que pode expressá-la.

Foi dito anteriormente sobre a relação da impossibilidade encontrada tanto no “ALP”, quanto no argumento do problema de outras mentes que é de “imaginar a sensação do outro no modelo das minhas”, agora, diante dessa retomada, podemos dizer que o problema da “existência de outras mentes” por utilizar o “argumento por analogia” ou “princípio de identidade”, se equivoca ao acreditar que o padrão de correção para provar outras mentes é privatista.

A própria tentativa de provar a existência de outras mentes rompe, a nosso ver, com essa ideia de privacidade, pois a curiosidade surgida no questionamento sobre se há mentes atrás dos corpos observados, do próprio defensor de uma linguagem privada (linguista privado), denota

que outras mentes podem existir. No entanto, essa curiosidade, pelo que percebemos, deixa de ser uma mera dúvida e passa a estar mais próxima de uma busca pelo outro, pelo seu semelhante.

Importa-nos ressaltar que o “argumento por analogia” não pode acontecer nos moldes privatistas, pois se assim for feito, o linguista cai em um paradoxo. Pois, diante desse pressuposto, os caracteres e argumentos de uma linguagem privada não se misturam com o argumento analógico, visto que a linguagem privada se trata de uma linguagem de acesso único, pois apenas o falante da língua pode ingressar a ela, enquanto que o argumento analógico precisa considerar uma linguagem no outro que até então o linguista privado não conseguiu comprovar.

Ou seja, o linguista privado se torna incongruente, porque se ele acredita que somente ele é o sujeito capaz de atribuir significado às suas sensações ou à sua mente, qual o sentido no ato de buscar ter acesso à existência de outras mentes?

Quando pensamos nessas pontuações, percebemos que a crítica feita por Wittgenstein não se resume somente à ideia de “interior”, notado no argumento por introspecção, onde se defende que somente minha mente existe com certeza, pois posso compreendê-la por meio da definição ostensiva, mas também podemos perceber que a crítica se estende ao “exterior”, quando na argumentação há a tentativa de transferir o modelo de sensação que senti outrora, no modelo da sensação que não sou eu quem estou sentindo no momento presente.

Kripke nos esclarece bem essa crítica quando em seu pós-escrito traz para ser debatido o caso de imaginar patos que não estão no Central Park a partir do modelo de patos que estão no Central Park ou, também, patos que vivem no século XV a partir do modelo dos patos que vivem no século XX. Confira a seguir: “Qual é a dificuldade especial nisso? Por que é mais difícil do que imaginar patos que não estão no Central Park no modelo dos patos que estão no Central Park, ou patos que vivem no século XV no modelo dos patos que vivem no século XX?” (KRIPKE, 1982, p. 116, tradução nossa).

Sobre o exemplo levantado dos patos, segue-se nisso um absurdo na ideia de pensar que ver esses patos em modelos de momentos passados, resulta na comprovação de que esses patos existem em um momento presente. O problema aqui é cético diante de Wittgenstein e elucida o mesmo ponto que trazemos anteriormente sobre “representar-me as dores (ou mentes) dos outros, no modelo de minha própria dor (ou mente).”.

Wittgenstein parece entender que tudo isso ainda não passa de “rituais” imaginativos incapazes de significar ou comprovar algo. Em sua fala, ele está tentando em todo o momento dizer ao interlocutor que é ilusório priorizar o seu próprio caso.

Para além dessa crítica aos ideais privatistas do interlocutor nota-se que o caminho adequado a se percorrer - na procura de um critério que mostre a existência de outras mentes - é o de olhar para fora de si, perceber que no mundo há um elo de familiaridade humana e, entender que fora de seu próprio caso existem pessoas se expressando, comportando-se.

Ou seja, para Wittgenstein os critérios são o comportamento do outro e o domínio das regras de uso de linguagem, sem esses critérios incorreríamos ao introspectivismo que faria do homem um solipsista. É importante ressaltar que essas duas primeiras temáticas não serão detalhadas aqui, pois como dito anteriormente, restringiríamos-nos aos encaminhamentos do problema, por isso, não é nosso objetivo neste capítulo nos prolongar nas soluções dadas por Wittgenstein.

2.4 Solipsismo

Diante do problema de outras mentes que envolve principalmente o quanto o método do linguista privado é falho aos seus propósitos de atribuição de significado e à sua tentativa de mostrar o padrão de correção para o significado atribuído nos modelos privatistas, podemos reparar que tal problema, com todas essas suas ligações, recai em um outro grande problema, que é para Wittgenstein o Solipsismo.

Podemos compreender como surge o Solipsismo e, conseqüentemente, o seu significado com o seguinte argumento: se somente a minha sensação (ou mente) pode existir, pois apenas eu tenho acesso a ela e, eu não posso comprovar a existência da sensação (ou mente) do outro, pois a sua mente não pode ser comprovada a partir dos moldes da minha (como Wittgenstein elenca), então o que resta é a minha única existência e os conteúdos de minha mente.

Ao trazermos o argumento acima, temos anteriormente a compreensão de que o próprio §258 resulta no Solipsismo, pois cria-se a ideia de significar sensações por introspecção, ou seja, cria-se a ideia de que apenas a primeira pessoa é capaz de acessar os enunciados psicológicos e obter a certeza das mesmas a partir da ostensão interna privada. Wittgenstein critica essa concepção, pelo fato de ela não estabelecer significado algum e, por assim ser, também não possuir um padrão público de correção.

Todavia, é importante traçarmos um caminho não percorrido pelo interlocutor, pois ele cai no Solipsismo pelos rumos que decide tomar. A fim de nos resguardarmos do problema que é o Solipsismo (e mais adiante vamos explicar o porquê de ele ser um problema), precisamos então nos questionar sobre como é compreendido o termo “significado”.

Faz-se importante tal questionamento, porque trazemos desde então um ponto de partida que é o de apresentar uma similaridade entre a temática do “ceticismo de significado”, “ceticismo sobre outras mentes” e, por fim, “Solipsismo”, cujo o ponto comum nas temáticas baseia-se em como propor um padrão público de correção em que a atribuição de significado seja possível.

Diante do que temos visto, bem sabemos que para o interlocutor o significado é um processo mental, que ao passar pelos seus critérios subjetivos pode ser atribuído aos seus signos.

No entanto, o que Wittgenstein defende no §154 é que para ele o significado não pode ser um processo mental, justamente porque assumir isso seria o mesmo que concordar que o uso de palavras para sensações possui caráter privado, onde apenas o solipsista saberia o significado das palavras empregadas por ele. Como falamos anteriormente, o que restaria seria apenas a sua existência e seus conteúdos mentais, mas é disso que Wittgenstein se distancia. Confira sobre o que ele compreende por significado no §154:

[...] Não pense, pelo menos uma vez, na compreensão como "processo anímico"! - Pois este é o modo de falar que o confunde. Mas pergunte-se: em que espécie de caso, sob que espécies de circunstâncias dizemos, pois, "agora sei continuar"? Quero dizer, quando a fórmula me veio ao espírito. No sentido em que há processos (também processos anímicos) característicos da compreensão, a compreensão não é um processo anímico. (A diminuição e o aumento de uma sensação de dor, a audição de uma melodia, de uma frase: processos anímicos). (WITTGENSTEIN, 1999, p. 76)⁷

Wittgenstein, nesse sentido, por acreditar que o significado não é um processo mental, entende que a linguagem das sensações deve ser considerada a partir da gramática das sensações, onde as regras gramaticais partem de jogos de linguagem com critérios públicos, externos a mim, compreendidos pelo seu uso em atividades comunitárias que, devido a isso, mostra todos os seres humanos possuindo sensações, estados de espírito, ideias e etc., compreendidas através de seu compartilhamento social.

⁷ Na versão da língua inglesa o termo “mental process” é equivalente a “processo anímico”, este disposto na tradução realizada por José Carlos Bruni na edição de 1999 de “Os Pensadores”. O termo “mental process”, traduzido para o português, também pode equivaler a “processo mental”. Neste sentido, fazemos o adendo dessa variedade correspondente a apenas um significado, e também deixamos a critério do leitor o melhor termo que lhe convir. Referência da versão da língua inglesa das “Investigações Filosóficas”: **Philosophical Investigations**. Oxford: Wiley-Blackwell. (german-english bilingual edition) 2009. Translated by G. E. M. Anscombe. Revised by Peter Hacker and Joachim Schulte.

Anteriormente, falamos que o Solipsismo é um problema, agora temos condição de explicar com clareza o porquê disso. O Solipsismo é mostrado como um problema quando Wittgenstein nos diz o quanto a ideia de um significado obtido por ostensão privada é absurda.

Podemos concluir que, para Wittgenstein o problema do Solipsismo está, sobretudo, em partir de uma linguagem existente que lhe possibilitou, inclusive a tentativa de construir uma linguagem que parece ser privada e inalienável, embora ela não seja possível de ser assim. O exemplo do signo “S” (§258) nos comprova isso, pois o linguista privado tenta atribuir significado às suas sensações, esquecendo-se de que a própria ideia de sensação e o próprio termo “sensação” é construído socialmente.

Kripke (1982, p.141) em seu pós-escrito, quando trata da questão do Solipsismo parece pensar que existem algumas temáticas importantes para abordar antes do Solipsismo, por isso, ele apresenta a relação existente entre o problema de outras mentes, o seguir regras e o argumento da linguagem privada, e enxerga, feito essa relação, a existência de um paradoxo no solipsista. Tal paradoxo parece ainda resgatar a questão do “argumento por analogia”, pois uma vez que é do feitio do solipsista negar outras mentes, não é aceitável que ele suponha a existência de outras mentes, embora temos visto que essa dúvida lhe surge no diálogo com Wittgenstein.

3. SENSACÕES E JOGOS DE LINGUAGEM: PROPOSTA DE UM JOGO DE LINGUAGEM VOLTADO PARA AS SENSACÕES NO ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA.

3.1 Introdução

Conforme vimos no capítulo 1, a noção de privacidade presente na tradição, seja ela caracterizada pela “posse privada da experiência” ou “pela privacidade epistêmica”, aponta para uma suposta conexão entre linguagem e objetos internos, ou uma significação a partir de amostras internas, uma vez que está pressuposto que cada falante estabelece o significado das palavras a partir de um critério puramente privado, como se fosse possível uma ostensão interna.

Em princípio, a linguagem privada se mostra, portanto, resultar em um paradoxo, pois é paradoxal a ideia de ostensão interna da mesma forma que é paradoxal conceber uma linguagem que não possa ser compreendida por ninguém além do próprio falante. Conforme vimos no capítulo 2, esta questão incorre em um profundo ceticismo em relação ao próprio significado das palavras e ceticismo em relação às outras mentes resultando em uma concepção solipsista de linguagem.

No presente capítulo veremos que o paradoxal estatuto da linguagem privada se confirma na medida em que Wittgenstein avança no desenvolvimento dos parágrafos 244 e seguintes, pois sua crítica à linguagem privada se volta aos aspectos lógicos envolvidos na suposição de uma linguagem não compartilhável e não na possibilidade de uma linguagem voltada às emoções e sensações.

Segundo Hacker o que Wittgenstein pretendeu mostrar com sua refutação à linguagem privada não é que a linguagem das sensações, como o resto da linguagem é essencialmente compartilhada, mas que é essencialmente compartilhável, isto é, a ideia de uma palavra ou expressão que é logicamente impossível de ser entendida pelos outros também não pode ser entendida pelo próprio falante (HACKER, 1999, p.21).

Nesse sentido, após Wittgenstein apresentar o tipo de privacidade que será criticada ao longo do argumento da linguagem privada (§243 “*IF*”), a primeira questão que é discutida no §244 é justamente o modo pelo qual nos referimos às sensações. O que mostra que Wittgenstein não está negando a possibilidade de falarmos das sensações com significatividade. Ou seja, para Wittgenstein o jogo de linguagem das sensações é um jogo significativo, desde que sejam afastados os problemas de ordem lógica decorrentes da privacidade tradicionalmente aceita.

Sendo assim, no subtópico 3.2 vamos analisar o §244 em consonância com o §290 e apresentar o que parece ser uma proposta⁸ de significatividade para o jogo de linguagem relacionado às sensações, partindo da distinção entre descrição e expressão das sensações.

Por fim, o subtópico 3.3, vamos apresentar um exemplo presente na própria linguagem cotidiana da distinção entre o jogo descritivo e o jogo expressivo de linguagem. Neste tópico, vamos tratar da assimetria lógica entre os enunciados que envolvem as afirmações “eu tenho dor” e “ele tem dor”.

3.2 A identificação de outros jogos de linguagem nas IF (análise do §244 e §290)

Em nossa introdução geral do capítulo afirmamos que este subtópico estaria comprometido em trazer uma proposta aceitável a respeito de que tipo de linguagem traria de fato a significatividade para as sensações, uma vez que a linguagem referencialista não consegue alcançar tal objetivo por utilizar-se de um modelo de linguagem que não cabe para as sensações, a saber, a linguagem dos objetos empíricos.

Diante disso, decidimos aqui confirmar a apresentação da tal proposta não somente com este intuito, mas também com a intenção de revelar um caminho lógico que resolveria os problemas decorrentes da aceitação do modelo referencialista, como foi discutido no capítulo anterior deste trabalho.

A fim de preencher as lacunas descritas acima, partiremos da análise do §244 e do §290 das *Investigações Filosóficas*, pois acreditamos que os parágrafos nos mostram, sobretudo, os jogos envolvidos nas palavras para sensações. Vale dizer que essa proposta é realizada por Wittgenstein que não somente critica o erro linguístico cometido na filosofia tradicional, mas, ao investigar a própria linguagem, nos sugere algo a ser colocado no lugar. Iniciaremos com a análise do §244:

Como as palavras se referem a sensações? Nisto não parece haver nenhum problema; pois não falamos diariamente de sensações e não as denominamos? Mas como é estabelecida a ligação entre o nome e o denominado? A questão é a mesma que: como um homem aprende o significado dos nomes de

⁸ Embora seja controverso apontar propostas e soluções na filosofia de Wittgenstein, o que estamos chamando de proposta de Wittgenstein para um jogo de linguagem adequado às sensações, que não tenha parâmetros subjetivos como critério de significatividade, é encontrado no apoio textual no parágrafo 244 das *Investigações Filosóficas* como uma possibilidade, segundo Wittgenstein, para a questão “Como as palavras se referem a sensações?” posta pelo interlocutor. Eis a possibilidade apontada por Wittgenstein: “palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar dela” (WITTGENSTEIN, 2000, p.98-99).

sensações? Por exemplo, da palavra "dor". Esta é uma possibilidade: palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar dela. Uma criança se machucou e grita; então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e, posteriormente, frases. Ensinam à criança um novo comportamento perante a dor. "Assim, pois, você diz que a palavra 'dor' significa, na verdade, o gritar?". - Ao contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 98-99).

De acordo com o parágrafo citado, podemos extrair dele três pontos existentes a qual comentaremos a seguir, são eles: (a) Questões referencialistas são postas pelo interlocutor, mas também se percebe a correção de Wittgenstein no diálogo; (b) Uma proposta interpretativa de Wittgenstein, onde o significado de dor faça sentido; (c) Os jogos de linguagem para sensação são marcados pelos jogos das expressões e os jogos das descrições.

No que toca à alínea “a”, nós podemos nos deparar com questões do interlocutor, onde essas questões tradicionais se valem de propósitos referencialistas e que reduzem a linguagem às proposições empíricas. Diante disso, podemos perceber que a questão trazida pelo interlocutor no §244 de “Como as palavras se referem a sensações?” e “Mas como é estabelecida a ligação entre o nome e o denominado?”, já pressupõe uma ligação que se aproxima muito da crença de que a linguagem é constituída a partir da designação palavra-objeto.

Entretanto, Wittgenstein reage a esse modelo tradicional de propor questões, nos mostrando que a pergunta não deve partir de uma relação designativa, mas de como estabelecemos a conexão entre nomes e sensações em nosso convívio. Por isso, acreditamos em uma substituição feita por Wittgenstein, onde essas perguntas tradicionais seriam descartadas - para não incorrer nos problemas oriundos da aceitação da linguagem referencialista - e modificadas pelas perguntas que admitem que o significado dos nomes das sensações parte de um aprendizado comunitário. Nesse sentido, Wittgenstein substitui “Como as palavras se referem a sensações?” e “Mas como é estabelecida a ligação entre o nome e o denominado?” para “Como um homem aprende o significado dos nomes de sensações?”.

Quanto à alínea “b”, a proposta interpretativa para que as palavras de dor façam sentido, são marcadas pela defesa de que a ligação das palavras de dor não faz alusão a objetos, mas as palavras de dor são compreendidas na linguagem pela expressão de dor e tais expressões podem ser substituídas por palavras (expressões verbais de dor).

Sendo assim, as expressões de dor podem, ao longo da convivência em sociedade, ser substituídas por palavras e até por frases, porque se trata de aprendizado em comunidade. Por isso, o exemplo da criança no §244 é finalizado por Wittgenstein com a ideia de que as

exclamações e frases de dor, ou seja, as verbalizações das reações primitivas como o grito, fazem parte de um processo onde “ensinam à criança um novo comportamento de dor”.

Percebe-se que chegamos em um ponto importante aqui, pois serve de contraste a toda ideia defendida na linguagem atribuída a Agostinho e que foi tema de nosso primeiro capítulo, pois o modelo de linguagem disposto no §1 das “*Investigações*”, conforme percorrido nas *Confissões*, a criança apresentada lá aprende a falar pelo referencialismo, que pressupõe no aprendizado da fala dessa criança o inatismo. Os papéis destinados na relação entre a criança e o adulto, é que no caso da criança o aprendizado das palavras parte da atitude do adulto de apontar para os objetos, fazendo com que essa criança aprenda os objetos do mundo pela sua nomeação, o que não é admitido no §244 por Wittgenstein.

À última alínea, a saber, a “c”, é introduzido os termos “descrição” e “expressão”, a fim de nos dizer que a última parte do §244, na qual o interlocutor pergunta: “Assim, pois, você diz que a palavra 'dor' significa, na verdade, o gritar?” E Wittgenstein responde: “- Ao contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve”, surge como explicação de que para Wittgenstein a palavra de dor não significa o comportamento primitivo de dor, como conclui o interlocutor.

O que Wittgenstein está querendo dizer é que os usos expressivos verbais podem na linguagem substituir o grito, e nisso não há descrição. Ou seja, os usos expressivos das sensações podem ser identificados na linguagem tanto na forma não verbal, como é o exemplo do grito de dor de uma criança, quanto na forma verbal, como é o caso da criança que aprende anteriormente expressões como “Ai” e mais adiante “Eu estou com dor”. Neste sentido, todas essas variedades linguísticas ainda se alocam no ramo das expressões e não das descrições. O §290 nos surge como auxílio para o entendimento do que estamos discutindo. Veja a seguir:

Não identifico minha sensação por meio de critérios, mas uso a mesma expressão. Mas, com isto, o jogo de linguagem não termina; com isto começa. Mas não começa com a sensação - que descrevo? - A palavra "descrever" talvez nos tenha enganado. Digo: "descrevo meu estado de alma" e "descrevi meu quarto". É necessário evocar as diferenças dos jogos de linguagem. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 106)

Com a citação acima Wittgenstein nos deixa claro que existe uma distinção entre descrição e expressão. É razoável concluir, neste sentido, que o erro do interlocutor para Wittgenstein parte dessa confusão em torno da palavra “descrição”. Partindo dessa problemática, é que nos ocuparemos então em discorrer sobre a distinção desses novos jogos

de linguagem das sensações vistos nas *Investigações Filosóficas*, que são os jogos da expressão e os jogos da descrição.

A questão da confusão sobre os jogos da descrição é que o próprio argumento do interlocutor guia os jogos da descrição para esse caminho de confusão. Hacker (1999, p.37), nos mostra que a descrição é uma interpretação da percepção. Diante disso, o adequado é tratar a descrição nos casos em que nos jogos de linguagem a percepção seja logicamente aceitável.

A percepção, a nosso ver, é um evento de captura de fatos em que os objetos capturados pela percepção podem ser descritos. Por exemplo, ao me deparar com um “quarto”, posso descrever o que percebo, então posso descrevê-lo como organizado ou bagunçado, grande ou pequeno. Contudo, é importante dizer que os jogos de linguagem para a palavra “quarto” são os jogos de linguagem dos objetos empíricos, pois “quarto” é um objeto e é possível de ser percebido por mim.

No entanto, quando digo: “estou com dor”, os jogos envolvidos são os jogos das sensações, onde não faz sentido aqui uma descrição, mas uma expressão, comportamento de dor como falamos em parágrafos anteriores. A confusão identificada neste contexto e que é criticada por Wittgenstein, é a de que na filosofia tradicional a questão dos enunciados psicológicos na primeira pessoa foi tratada como uma forma de descrição de estados subjetivos, onde somente o sujeito que sente a dor poderia transmitir uma informação sobre o que ele sente. Mas Hacker, ao trazer as ideias de Wittgenstein sobre esse ponto da filosofia tradicional nas *“Investigações”*, nos diz:

Temos de nos livrar da ideia preconcebida segundo a qual o principal papel desempenhado por enunciados psicológicos na primeira pessoa é descrever aquilo que se passa conosco, transmitindo aos outros uma informação privilegiada. Quando a criança se machuca e grita, ela não está transmitindo à sua mãe informações que ela obteve por introspecção - a resposta "Que interessante!" Estaria completamente deslocada neste contexto. O que acontece, isto sim, é que a criança manifesta sua dor e a mãe a consola. (HACKER, 1999, p.39)

O problema inicial, segundo Wittgenstein, está na ideia de assumir que a linguagem funciona de uma maneira apenas, onde tal atitude reduz a linguagem aos jogos descritivos. Como vimos em Hacker, a descrição é uma interpretação da percepção e o interlocutor nas *Investigações Filosóficas* concebe nessa percepção como um mundo privado na linguagem, extraindo descrições de acontecimentos em que apenas o falante da língua tem acesso.

Em consideração a isso, a ideia de interno que é gerada desse mundo privado do falante, resulta no equívoco que é o de não jogar corretamente os jogos das descrições, na medida em que o falante considera as descrições a partir de gramáticas que logicamente não lhe são cabíveis, mas seria adequado se considerasse os critérios públicos na linguagem e a sua devida gramática, que neste caso das sensações seria a dos jogos das expressões.

O interlocutor demonstra que nos enunciados de dor não há diferença alguma, por isso vê que os enunciados: “A tem dor” e “Eu estou com dor” são enunciados simétricos. Essa simetria se dá a partir do próprio enganoso argumento analógico tratado no capítulo anterior, que tenta comprovar outras dores por meio de um caso próprio de dor. Neste caso, o argumento por analogia, gera a simetria da seguinte forma: Se “A tem dor”, logo “Eu tenho dor”.

Sobre a significatividade dentro dessa concepção de simetria tida pelo interlocutor, já vimos que gera grandes problemáticas, porque a privacidade é envolvida nos casos e a única forma de tentar comprovar a dor seria por introspecção, mas, segundo Wittgenstein, bem sabemos que este modo não é capaz de atribuir significado, nem comprovar nada.

3.3 Assimetria entre “eu” e “ele”

A confusão do termo “descrição”, comprovado por Wittgenstein, cujo termo foi posto em um modelo de linguagem incabível, resultando em um engano por não considerar as diferenças e grandezas existentes nos jogos de linguagem, é realizada na medida em que os termos psicológicos são tratados como objetos internos que podem ser descritos pelo sujeito da experiência que os comprova por introspecção.

No caso acima, tem-se o exemplo do sujeito que sente dor (por exemplo), onde ele pode, diante disso, enunciar: “Eu sinto dor”. O sujeito, nesse sentido, entende que este enunciado se trata de uma descrição. Podemos também perceber que para além desse caso, cotidianamente tem-se também o outro, que nessa relação pode apenas conjecturar sobre a dor anunciada em primeira pessoa.

Neste sentido, o interlocutor, crendo no argumento exposto acima, subdivide essas duas concepções pressupostas que estão alocadas no §246 das *“Investigações”* e que trazem problemas lógicos para Wittgenstein por apresentar um argumento, onde de um lado apenas o sujeito da experiência, a partir de sua sensação de dor, sabe que sua dor é real, podendo descrevê-la na medida em que tem acesso por introspecção, e do outro lado, perante o sujeito que tem a experiência de dor, tem-se um outro sujeito que pode apenas supor a ocorrência dessa dor. Veja como isso ocorre no §246:

Em que medida minhas sensações são privadas? — Ora, apenas eu posso saber se realmente tenho dores; o outro pode apenas supor isto. - De certo modo, isto é falso, de outro, absurdo. Quando usamos a palavra "saber", como normalmente é usada (e como deveríamos, pois, usá-la!), então os outros freqüentemente sabem quando tenho dores. - Sim, mas não com a certeza com que eu próprio sei! De mim ninguém pode dizer (a não ser por brincadeira) que sei que tenho dores. O que isto pode significar, a não ser que tenho dores? Não se pode dizer que os outros aprendem minha sensação apenas por meu comportamento, pois não se pode dizer de mim que as aprendi. Eu as tenho. Isto é correto: tem sentido dizer que os outros duvidam que eu tenha dores; mas não tem sentido dizer isto de mim mesmo. (WITTGENSTEIN, 1999, p.99)

Estamos diante de um exemplo de “privacidade epistêmica”, onde o sujeito da dor diz saber da ocorrência de suas dores. No entanto, a questão a ser tratada por Wittgenstein é que o conceito de dor não é um conceito epistemológico, por isso, não faz sentido o termo “saber” na fala do interlocutor quando afirma: “Ora, apenas eu posso saber se realmente tenho dores; o outro pode apenas supor isto”.

Sendo assim, quando se introduz a ideia do saber no §246, o interlocutor também considera a privacidade na linguagem das sensações ao dizer que entre quem enuncia a dor e quem observa a dor: o que enuncia possui um saber que gera a certeza de sua dor, enquanto que o outro pode apenas supor a dor. Tal certeza, parece derivar então do exercício de introspecção que possibilita nesse mundo privado, do sujeito do presente do indicativo, imagens a serem descritas por ele mesmo. Entretanto, sobre esta concepção, Wittgenstein nos dirá no §300 que pressupor a representação de dor como imagens é uma ideia equivocada. Veja a seguir:

[...] - Dizer “a imagem da dor entra no jogo de linguagem com a palavra ‘dor’” é um mal-entendido. A representação da dor não é nenhuma imagem e *esta* representação não é substituível, no jogo de linguagem, por algo que chamaríamos de imagem. - Certamente, a representação da dor entra, em certo sentido, no jogo de linguagem; apenas não como uma imagem. (WITTGENSTEIN, 1999, p.108, grifo do autor).

Ou seja, quando o interlocutor considera que as sensações são imagens a serem descritas e que, por isso, qualquer enunciado de dor é uma descrição de dor, a partir daí uma simetria é posta, pois, a descrição é apontada igualmente entre os enunciados de “Eu sinto dor” e “Ele sente dor”. Isto apenas confirma que o interlocutor não enxerga nenhuma distinção.

Entretanto, Wittgenstein no final do diálogo do §246 afirma que “tem sentido dizer que os outros duvidam que eu tenha dores; mas não tem sentido dizer isto de mim mesmo”.

Notamos, perante o exposto, dois importantes pontos nessa afirmação que discorreremos sequencialmente.

No primeiro ponto, podemos constatar que Wittgenstein está mostrando ser impossível duvidar de uma dor própria. Neste sentido, por via lógica, é possível que você duvide das dores do outro, mas não é possível que essa dúvida se estenda a você mesmo em seu momento de dor.

Nossa segunda pontuação, observa que Wittgenstein troca o uso expressivo de “sentir” pelo verbo psicológico “duvidar”, para não apenas mostrar a impossibilidade desses termos de estados psicológicos nos casos de primeira pessoa, como também para concluir que a partir disso, percebe-se que uma distinção gramatical, não considerada pelo interlocutor, é muito marcante entre os usos do “eu” e “ele”.

O que podemos incrementar sobre essa distinção gramatical é que o uso do “eu” e “ele” revela uma assimetria percebida por Wittgenstein e, por não ter sido considerada, os problemas supracitados ocorreram na linguagem. Nossa intenção, em vista disso, é confirmar que Wittgenstein declara a luta para o desmanche do enfeitiçamento da linguagem⁹ por meio da assimetria. Registramos aqui, de antemão, a compreensão de assimetria para António Marques e que resume a relação que estamos propondo ao longo do texto, confira:

Aquilo a que chamamos assimetria radica na diferença entre uso expressivo e não expressivo da linguagem e salta à vista na propriedade de certas formas da primeira pessoa do presente do indicativo possuírem um sentido não equivalente ao sentido das correspondentes formas da terceira pessoa, ainda que o seu conteúdo proposicional seja idêntico. (MARQUES, 2012, p.23).

A assimetria, perante o exposto, baseia-se no papel investigativo da gramática para os usos de primeira e terceira pessoa, onde a primeira pessoa que diz: “Eu sinto dor”, é aquela que manifesta as suas dores, cuja manifestação se aloca no ramo dos jogos expressivos de linguagem e a terceira pessoa que diz: “Ele tem dor”, ocupa um lugar de observador e, por isso, pode descrever o caso de dor, cuja exposição ocorre pelo comportamento de dor expressado pela primeira pessoa.

⁹ A questão do enfeitiçamento da linguagem foi algo que apresentamos em nosso primeiro capítulo, onde trouxemos a frase de Stern que demonstra acreditar que “a linguagem é possível de ser enfeitiçada, mas também é luta para o desmanche desse feitiço” (STERN, 2012, p. 131). No momento em que estamos, já nos foi informado sobre as problemáticas advindas da generalização do referencialismo que resulta, como mostramos aqui em nosso terceiro capítulo, na irrelevância e negligência das variedades dos jogos de linguagem, marcados pelos jogos de expressão e pelos jogos de descrição. Essa irrelevância, demonstrada pelo interlocutor nas *Investigações Filosóficas*, como temos dito, gera apenas um tratamento para os enunciados de “Eu sinto dor” e “Ele sente dor” que logicamente é inadmissível para Wittgenstein, cujo tratamento é o descritivo. Por isso, com o intuito de propor o desmanche desse feitiço na linguagem, Wittgenstein propõe a assimetria entre os enunciados de dor da primeira e terceira pessoa, onde a primeira pessoa deste caso expressa a sua dor e a terceira descreve.

O exemplo da observação ou percepção é importante de ser levado em consideração, pois além da percepção ter sido um termo erroneamente atribuído aos jogos de linguagem descritivos no §290, como mostrado no subtópico 3.2, é também por meio dele que podemos perceber o quanto a ideia de simetria é inadequada aqui. No exemplo das dores, faz sentido eu dizer: “percebo ele tendo dores”, embora não faça sentido algum eu dizer: “percebo-me tendo dores”.

É importante frisar que quando trazemos os usos de primeira pessoa, temos de compreender que Wittgenstein não concorda que na primeira pessoa exista um privilégio sobre as dores. Pelo contrário, pois durante o percurso das *“Investigações”* e, conforme discorreremos, Wittgenstein está buscando mostrar que essa ideia de privilégio é enganosa, já que a linguagem não é privada, mas pública. É justamente, pelo fato da linguagem ser pública que se torna possível uma análise gramatical que identifique relações diferentes entre o “eu” e o “ele” nos casos de dor, por exemplo.

CONCLUSÃO

O ponto de partida traçado neste trabalho surgiu de uma ideia de linguagem combatida por Wittgenstein desde o início das “*Investigações*”, onde essa linguagem traz especificidades muito comuns, cuja a compreensão já foi empregada por muitos na história da filosofia, embora não tenha sido percebida como problemática. Inclusive, mostramos que o próprio Wittgenstein incorreu nos problemas decorrentes dessa concepção, em sua primeira obra, o *Tractatus*.

A linguagem criticada da qual falamos é a linguagem referencialista que foi adotada também como linguagem atribuída a Agostinho, embora a crítica a Agostinho não se ligue aqui a um contexto de refutação do autor, mas à ideia de que a luta não é contra filósofos, e sim, contra os erros cometidos dentro na linguagem empregada pelos filósofos. Uma vez que os problemas de linguagem devem ser resolvidos por meio dela.

Os problemas apontados na linguagem referencialista são, de grosso modo, problemas que partem da ideia de que para toda palavra há um objeto correspondente, embora Wittgenstein mostra em diálogos com seu interlocutor (defensor desse tipo de concepção) que essa ideia é reducionista, generalizante e absurda.

Reducionista, porque não considera a vastidão da linguagem, por isso a reduz à ideia de que o seu significado é gerado a partir da designação palavra-objeto. Generalizante, por se valer de um jogo de linguagem apenas e aplicá-lo em palavras cujos significados não estabelecem relação alguma com os jogos dos objetos empíricos. Absurda, porque o modelo mencionado resulta na defesa de que a linguagem é inata, privada e, apenas, o falante tem a possibilidade de lhe atribuir significado - via ostensão privada.

Ademais, os problemas gerados, a nosso ver, não pararam aí, pois identificamos impasses mais avançados, apoiados pelo linguista privado que leva a discussão a níveis ainda mais difíceis de serem sustentados.

Em vista disso, pudemos ver que o referencialismo generalizado afetou a linguagem também na medida em que a atribuição de significado das palavras para sensação, não passa por um padrão público de correção. Por isso, o ceticismo criou raízes sobre o significado e sobre a existência de outras mentes, até cair no absurdo para Wittgenstein que é o Solipsismo.

A resolução desses problemas emaranhados na linguagem, desde o princípio, nos pareceu surgir com muita estratégia diante do posicionamento de Wittgenstein. Percebe-se que ele em muitos momentos dá voz, ou razões para os argumentos do interlocutor, seja na defesa de que a compreensão da linguagem se dá por meio da designação palavra-objeto, via definição ostensiva, seja através da defesa de que a linguagem é privada. Entretanto, o seu

posicionamento é, como dizemos, estratégico, pois ao utilizar o método de redução ao absurdo, considera os ideais em dado momento, para em outro momento mostrar argumentos que revele a sua impossibilidade.

Além disso, acreditamos que a solução aos enfeitiçamentos na linguagem, aos problemas postos, está também na consideração da variedade linguística e no entendimento do caráter público da linguagem, de modo a não apenas cumprir as suas regras já estabelecidas e utilizadas em comunidade, mas, principalmente, em assumir a ideia de que a linguagem é pública e seus jogos ocorrem anterior às suposições privatistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, G. “**A Vision of Philosophy**”. In Chaui, M. e Évora, F. (eds.). Figuras do racionalismo – Conferências ANPOF. Campinas: ANPOF, 1999.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: meaning and mind**. Vol. 3. Basil Blackwell. Oxford. 1990.

HACKER, P.M.S **Wittgenstein: sobre a natureza humana**. Tradução de João Vergílio Gallenari Cuter. Coleção Grandes Filósofos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

KRIPKE, Saul. **On Rules and Private Language: an elementary exposition**. Havard University Press. 1982

MARQUES, António. **O interior, linguagem e mente em Wittgenstein**. São Paulo: Edições Layola, 2012.

STERN, David. **As Investigações Filosóficas de Wittgenstein: uma introdução**. Tradução de Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. Coleção Filosofia e Linguagem. São Paulo: Annablume, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **O Livro Azul**. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70 LDA. 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.